

Revolucionar a logística portuária da América Latina. Esse é o nosso compromisso.

Obra da ponte de acesso ao Superporto do Açu, com 3km de comprimento e largura maior que a ponte Rio-Niterói/RJ



Uma empresa do Grupo EBX

Empresa do Grupo EBX, a LLX foi criada em 2007 para dar suporte à demanda brasileira por infraestrutura portuária. O Superporto do Açu, empreendimento atualmente em construção, é comparável aos portos mais modernos e eficientes do mundo.

- Complexo portuário para 350 milhões de toneladas por ano com 2 terminais (TX1 e TX2), a ser listado entre os 3 maiores do mundo.
- O maior e mais eficiente complexo industrial portuário da América Latina: 150km² de retroárea, 2,5 vezes o tamanho da Ilha de Manhattan.
- Hinterlândia com 75% do PIB brasileiro.
- Integrado com ferrovia e rodovia – um salto quântico do caminhão para cabotagem.
- A 150km da Bacia de Campos (85% da produção brasileira de petróleo).



Obra do Superporto do Açu - Fevereiro 2011

- A oficina do pré-sal no Brasil: localização natural para os serviços e produtos para a indústria do petróleo e gás.
- 11km de cais, preparados para receber até 40 navios de grande porte (incluindo Chinamax) graças a sua profundidade de 26m.
- Garantia de acesso a matérias-primas e energia mais barata, eficiências operacionais e logísticas, práticas efetivamente *just in time* e ICMS de 2% ao invés de 18%.

O ano de 2011 tem importância estratégica para a LLX, com a consolidação da construção do Superporto do Açu, maior investimento em infraestrutura portuária das Américas, que entrará em operação no ano que vem.



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LLXL3



Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Top Along
Diferenciado

ITAG

IBOVESPA



Índice
Brasil 50

IBRX



Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS	
	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	—	—	11.109	—
Lucro (Prejuízo) bruto	—	—	11.109	—
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	25 (40.273)	(35.533)	(96.452)	(63.216)
Outras receitas	—	1.687	3.370	—
Outras despesas	(109)	—	(109)	(765)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	(40.382)	(33.846)	(82.082)	(63.981)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	26 84.547	42.838	125.291	252.199
Despesas financeiras	26 (1.638)	(1.225)	(49.794)	(98.681)
	82.909	41.613	75.497	153.518
Resultado de equivalência patrimonial	14 (39.039)	(61.351)	—	—
Resultado antes dos impostos				
Imposto de renda e contribuição social corrente	20 3.488	(53.584)	(6.585)	89.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.766)	(4.089)	(20.919)	(4.089)
	(423)	2.843	21.121	(26.829)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	(12.701)	(54.830)	(6.383)	58.619
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	—	—	(18.998)	(12.423)
(Líquido de imposto sobre o lucro)	—	—	(18.998)	(12.423)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(12.701)	(54.830)	(12.701)	51.633
Acionistas não controladores	—	—	(12.680)	(5.437)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(12.701)	(54.830)	(25.381)	46.196
Resultado por ação				
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária- básico (em R\$)	23 (0,01834)	(0,08794)	(0,03664)	0,07409
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária- diluído (em R\$)	23 (0,01830)	(0,08759)	(0,03657)	0,07380
Operações descontinuadas				
Lucro (prejuízo) por ação ordinária- básico (em R\$)	23 —	—	(0,02743)	(0,01992)
Lucro (prejuízo) por ação ordinária- diluído (em R\$)	23 —	—	(0,02737)	(0,01985)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	616.778	482.199
Outras receitas	—	2	12.265	86
	—	2	629.043	482.285
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.061)	(14.955)	(661.406)	(487.622)
Perda/recuperação de valores ativos	—	—	56	—
Outros	(771)	—	(1.590)	—
	(19.832)	(14.955)	(662.940)	(487.622)
	(19.832)	(14.953)	(33.897)	(5.337)
	(200)	(120)	(14.471)	(881)
	(20.032)	(15.073)	(48.368)	(6.218)
Valor adicionado bruto				
Depreciação, amortização e exaustão				
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de operações descontinuadas	—	—	(18.998)	(12.423)
Resultado de equivalência patrimonial	(39.039)	(61.353)	—	—
Provisão (reversão) para perda com passivos a descoberto	—	1.983	—	(23)
Receitas financeiras	84.547	42.836	125.291	252.199
Outras	(533)	2.842	24.381	(38.698)
	44.975	(13.692)	130.674	201.055
	24.943	(28.765)	82.306	194.837
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	17.403	17.132	23.923	25.377
Benefícios	466	599	1.336	1.213
FGTS	184	372	562	754
Tributos				
Federais	16.697	5.626	25.850	13.363
Estaduais	—	5	26	2.103
Municipais	11	38	20	1.862
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.080	22	35.479	19.749
Aluguéis	1.245	1.975	6.178	4.204
Outras	558	—	14.313	78.932
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (prejuízo) do exercício	(12.701)	(54.830)	(12.701)	51.633
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	—	—	(12.680)	(5.437)
Outros	—	296	—	1.084
	24.943	(28.765)	82.306	194.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Controladora	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros			Ações em tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ágio emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2009		75.143	327.755	6.150	1.024	39.960	49.882	—	(57.767)	442.147
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	(54.830)	(54.830)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido										
Contribuições e distribuições de e para os acionistas										
Aumento de capital em dinheiro em 16 de abril de 2009		84	—	6	—	—	—	—	—	90
Aumento de capital em dinheiro em 28 de maio de 2009		600.000	—	—	—	—	—	—	—	600.000
Aumento de capital em dinheiro em 31 de julho de 2009		100	—	—	—	—	—	—	—	100
Aumento de capital em dinheiro em 29 de outubro de 2009		476	—	—	—	—	—	—	—	476
Absorção das reservas de lucros		—	—	—	(1.024)	(39.960)	(49.882)	—	90.866	—
Opções sobre ações reconhecidas	27	—	—	7.169	—	—	—	—	—	7.169
Saldo em 31 de dezembro de 2009		675.803	327.761	13.319	—	—	—	—	(21.731)	995.152
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	(12.701)	(12.701)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido										
Contribuições e distribuições de e para os acionistas										
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações - em 20 de setembro de 2010		106	—	—	—	—	—	—	—	106
Redução de capital - cisão parcial - LLX Sudeste S.A. e controladas em 28 de outubro de 2010		(52.557)	—	—	—	—	—	—	—	(52.557)
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações em 9 de dezembro de 2010		403	—	—	—	—	—	—	—	403
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações em 17 de dezembro de 2010		223	—	—	—	—	—	—	—	223
Opções sobre ações reconhecidas	27	—	—	9.440	—	—	—	—	—	9.440
Ações em tesouraria		—	—	—	—	—	—	(182)	—	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		623.978	327.761	22.759	—	—	—	(182)	(34.432)	939.884

Consolidado	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros			Ações em tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ágio emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2009		75.143	327.755	6.150	1.024	39.960	49.882	—	(202.424)	297.490	363.256
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	51.633	51.633	46.196
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido											
Contribuições e distribuições de e para os acionistas											
Aumento de capital em dinheiro em 16 de abril de 2009		84	—	—	—	—	—	—	84	—	84
Aumento de capital em dinheiro em 28 de maio de 2009		600.000	6	—	—	—	—	—	600.006	5	600.011
Aumento de capital em dinheiro em 31 de julho de 2009		100	—	—	—	—	—	—	100	—	100
Aumento de capital em dinheiro em 29 de outubro de 2009		476	—	—	—	—	—	—	476	—	476
Absorção das reservas de lucros		—	—	—	(1.024)	(39.960)	(49.882)	—	90.866	—	—
Opções sobre ações exercidas	27	—	—	7.169	—	—	—	—	7.169	—	7.169
Saldo em 31 de dezembro de 2009		675.803	327.761	13.319	—	—	—	—	(59.925)	956.958	1.017.292
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	—	—	(12.701)	(12.701)	(25.381)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido											
Contribuições e distribuições de e para os acionistas											
Reversão de ajuste de ativo diferido - cisão parcial Sudeste S.A. e controladas		—	—	—	—	—	—	—	9.799	9.799	13.039
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações - em 20 de setembro de 2010		106	—	—	—	—	—	—	—	106	106
Redução de capital - cisão parcial - LLX Sudeste S.A. e controladas em 28 de outubro de 2010		(52.557)	—	—	—	—	—	—	24	(52.533)	(75.056)
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações em 9 de dezembro de 2010		403	—	—	—	—	—	—	—	403	403
Aumento de capital em dinheiro - Exercício opções de ações em 17 de dezembro de 2010		223	—	—	—	—	—	—	—	223	223
Opções sobre ações reconhecidas	27	—	—	9.440	—	—	—	—	—	9.440	9.440
Ações em tesouraria		—	—	—	—	—	—	(182)	—	—	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		623.978	327.761	22.759	—	—	—	(182)	(62.803)	911.513	939.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LXL3



Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Taxa Alvo
Diferenciado

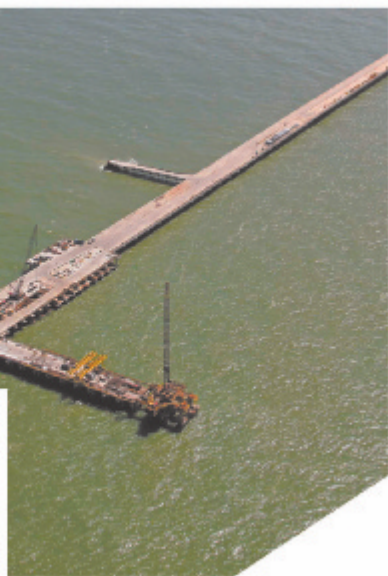
ITAG

IBOVESPA



Índice
Brasil 50

Índice
Brasil



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LLX Logística S.A. ("LLX" ou "Companhia") foi constituída, em 1º de março de 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. Essas operações consistem principalmente no transporte e embarque de minério de ferro, cargas de terceiros de todo tipo, graneis sólidos (agrícolas e industrializados), líquidos e arrendamento de retroárea. Todas as empresas controladas pela Companhia encontram-se em fase pré-operacional, com o objetivo de desenvolver empreendimentos focados na prestação de serviços logísticos portuários, conforme detalhado a seguir:

Superporto do Açu

O Superporto do Açu está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes, no Município de São João da Barra. É um "Superporto" privativo de uso misto dentro do conceito de porto indústria, com profundidade de 21 metros, devendo ser dragado posteriormente para 25 metros. Este complexo portuário divide-se em duas empresas:

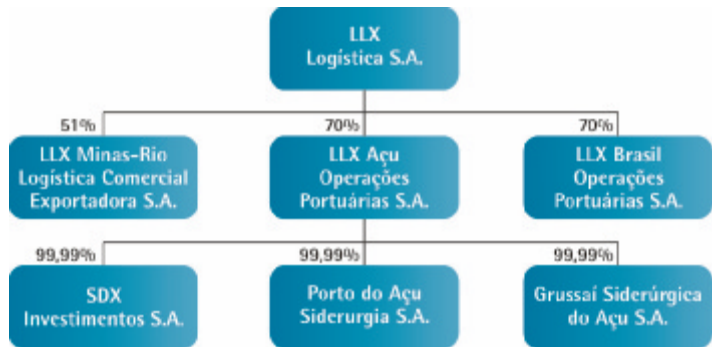
- LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A. ("LLX Minas-Rio"), com uma área de 300 hectares, destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, além de ser detentora da estrutura *offshore* formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e até quatro berços para carregamento desse mineral; e
- LLX Açu Operações Portuárias S.A. ("LLX Açu"), com um complexo industrial de aproximadamente 9 mil hectares e 6 berços para carregamento de cargas variadas como minério de ferro, produtos siderúrgicos, petróleo, carvão, granito, graneis sólidos, escória e ferro gusa. Em função da sua localização próxima às bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, o Superporto do Açu está estrategicamente posicionado para realizar consolidação e tratamento de petróleo, servir de base de apoio para as operações *offshore* de exploração e produção e atrair empreendimentos dedicados à indústria de petróleo e gás. Além do serviço de apoio logístico, a LLX Açu pretende arrendar parte de sua retroárea a líderes industriais do setor que, futuramente, visem instalar seus empreendimentos na região.

As obras do porto foram iniciadas no quarto trimestre de 2007, com a operação prevista para o 2º semestre de 2012.

Porto Brasil

A Companhia suspendeu temporariamente, a partir de outubro de 2008, as atividades de investimento no Porto Brasil, localizado em Peruíbe, São Paulo, diante do agravamento da crise mundial, daquele ano, mas continua avaliando a eventual retomada do empreendimento, uma vez que a região carece de infraestrutura portuária eficiente para atendimento às demandas das indústrias locais.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, o Grupo LLX ("LLX e as empresas controladas") apresenta a seguinte estrutura:



2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

Atualmente, a Companhia possui, por meio de suas controladas, as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Data de Emissão	Vigência
LLX Açu	Licença ambiental de instalação nº LI-003363 concedida pelo INEA para realizar obras de implantação do terminal portuário denominado Superporto do Açu. Estas obras incluem: dragagem para preparação de base do quebra-mar, manutenção do pier provisório e bacia de evolução, abertura do canal de acesso, aterro hidráulico para implantação do retroporto, planta de filtragem de minério, instalação de subestação de energia elétrica, estruturas administrativas, estradas de acesso, com supressão de vegetação e intervenção em APP (Área de Proteção Permanente) em 9,2 hectares. Esta licença renova a LI/FE nº 015170/08 do terminal portuário do Superporto do Açu em conjunto com a LLX Minas-Rio.	27/12/2010	27/12/2013
LLX Açu	Autorização para construir e explorar terminal portuário de uso privativo, na modalidade de uso misto, concedida pela ANTAQ (Resolução 1.742/10).	1/10/2010	1/10/2035
LLX Açu	Autoriza a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à LLX Açu, do espaço físico em águas públicas com a área de 731.959,40 m², localizado ao largo da praia do Açu, no Município de São João da Barra, Rio de Janeiro, destinado à construção, instalação e funcionamento do terminal portuário do Superporto do Açu.	6/10/2010	6/10/2030
LLX Açu	Licença de instalação nº 001099/09 para construção do pátio logístico do Superporto do Açu.	2/12/2009	2/12/2012
LLX Açu	Licença prévia nº IN002625 concedida pelo INEA para ampliação do Superporto do Açu, contemplando as unidades: pátios para armazenamento de graneis e líquidos, rochas ornamentais, para produtos siderúrgicos, para contêineres, para supply boats, para combustíveis e lubrificantes; infraestrutura; centro empresarial; centro de treinamento; prédio para Órgãos Governamentais; prédio para manutenção; vestiário; hotel; heliponto; sistema de drenagem; dragagem; supressão de vegetação e UTP, com estocagem e processamento.	1/9/2010	1/9/2011
LLX Açu	Documento de averbação nº 001006 complementando a licença de instalação nº 001099/09, autorizando a instalação da UTP, diversos pátios de armazenamento de graneis sólidos, líquidos, produtos siderúrgicos, contêineres, combustíveis e lubrificantes, infraestrutura de apoio, dragagem, etc.	10/9/2010	2/12/2012
LLX Açu	Licença prévia e de instalação nº IN002750, que aprova a concepção, localização e implantação das atividades de fabricação, montagem e lançamento de estruturas de tubos para bombeamento, destinadas às instalações marítimas de produção de petróleo, com supressão da vegetação nativa em 10,5 hectares.	21/9/2010	21/5/2013
LLX Minas-Rio	Autorização nº 001/2008, concedida pela Fundação Instituto Estadual de Florestas - RJ (IEF/RJ) para supressão de 323 hectares de vegetação nativa, localizados na fazenda Saco D'antas, distrito de São João da Barra-RJ.	29/1/2008	Indeterminado
LLX Minas-Rio	Licença de operação nº 014178/08, da usina de concreto concedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente ("FEEMA") com objetivo de preparo do concreto.	16/5/2008	16/5/2013
LLX Minas-Rio	Licença de instalação nº LI/FE 015171/08, concedida pela FEEMA para realização de obras de implantação do terminal portuário denominado Superporto do Açu em conjunto com a LLX Açu.	10/12/2008	(a)
LLX Minas-Rio	Licença de instalação concedida pelo INEA para realização de obras de dragagem e aterro hidráulico referente as duas áreas para utilização dos volumes na ordem de 4 milhões e 1,5 milhões de m³. Local: A8 e 32 Km da bacia do Superporto do Açu - Grussal - São João da Barra - RJ.	17/4/2009	17/4/2012
LLX Minas-Rio	Licença de operação nº IN00193/09, emitida pelo INEA para a extração e beneficiamento de granito para produção de bloco fragmentado e brita a serem aplicados à construção do Superporto do Açu, local morro de Itaoca - Ibitioca - Campos dos Goytacazes - RJ.	20/5/2009	20/5/2014
LLX Minas-Rio	Licença de instalação nº IN00387/09, concedida pelo INEA para construção da linha de transmissão 138KV, interligando a subestação de Campos dos Goytacazes ao Superporto do Açu.	2/7/2009	2/7/2012
LLX Minas-Rio	Autorização para construção e exploração do Superporto do Açu concedida pela ANTAQ .	11/6/2008	Indeterminado
LLX Minas Rio	Licença prévia nº LP-IN001566 para concepção e localização do terminal pesqueiro na foz do rio Paraíba do Sul, localizado na avenida Nossa Senhora da Penha - Atafona - São João da Barra - RJ.	30/3/2010	30/3/2012
LLX Minas Rio	Licença de instalação nº LI/IN003151, para implantar terminal portuário, incluindo os serviços de dragagem, manutenção do pier provisório, bacia de evolução, abertura do canal de acesso, subestação de energia elétrica, planta de filtragem de minério, aterro hidráulico, estradas de acesso, com supressão vegetal e intervenção em área de preservação permanente.	10/11/2010	10/11/2013
LLX Minas Rio	Outorga nº IN003237 emitida pelo INEA, autorizando a extração de água subterrânea, com a finalidade de uso industrial, na Região Hidrográfica RH-IX - Bairro Paraíba do Sul - São João da Barra - RJ.	23/11/2010	22/11/2015

(a) O processo de renovação da licença de instalação LI/FE nº 015171/08 foi protocolado no INEA em 21 de dezembro de 2009, entretanto ainda não foi obtida resposta do Órgão. Conforme legislação vigente, a licença de instalação permanece prorrogada até a avaliação da renovação pelo INEA. A Resolução CONAMA 237/97 prevê que as licenças de instalação poderão ter o prazo de validade prorrogado, desde que o requerimento seja feito com no mínimo 120 dias de antecedência de sua data de vencimento e não ultrapasse o prazo máximo de 6 anos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis, conforme as normas internacionais de relatório financeiro – ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as IFRS.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelas novas Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela CVM durante os exercícios de 2010 e 2009, com aplicação a partir do exercício de 2010, comparativas ao exercício de 2009. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados pelo CFC e pela CVM, estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais visando o alinhamento e equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a LLX apresentava suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e normas da CVM, emitidas até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A comparação do patrimônio líquido consolidado e individual na data da adoção das IFRS e com as demais informações ajustadas de 2009, com os valores divulgados naquelas datas, está evidenciada na Nota Explicativa 4.2.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração Companhia em 23 de Março de 2011.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e IFRS, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes no próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 10 – Impostos diferidos; na Nota Explicativas nº 15 – Imobilizado (depreciação); na Nota Explicativas nº 16 – Intangível (ágio); na Nota Explicativa nº 21 – Provisão para contingências; na Nota Explicativa nº 27 – Plano de ações; e na Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

d) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, a moeda funcional da Companhia.

4. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

No balanço de adoção em conformidade com os IFRS, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia avaliou as exceções obrigatórias e as isenções opcionais de aplicação retroativa das IFRS e concluiu que não houve aplicabilidade de tais regras em suas operações na referida data.

4.1. Transição das práticas contábeis para primeira adoção dos IFRS e novos pronunciamentos técnicos emitidos em 2009/2010 pelo CPC

Para adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos em IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou as seguintes alterações:

- A participação dos acionistas não controladores passou a integrar o patrimônio líquido, destacada em linha específica, conforme CPC 26 e IAS 1.
- A Companhia reconheceu opções de compra de ações outorgadas pelo acionista Controlador, conforme CPC 10 (R1) e ICPC 05, para fins de BR GAAP e IFRS 2 (*Share-based payment*) e IFRIC 11, para fins de IFRS.
- A Lei 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que está sendo adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43. De acordo com as IFRS, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados no balanço consolidado o montante de R\$252.766, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos, que eram apresentados no ativo e passivo circulante, foram reclassificados para o não circulante, conforme CPC 26 e IAS 12.
- A Companhia avaliou o ativo imobilizado baseado no CPC 27, ICPC 10 e IAS 16, mas não identificou efeitos relevantes quanto à avaliação da vida útil e valores residuais, à componentização dos bens, e também não aplicou o custo atribuído ("*deemed cost*") considerando que seus principais ativos estão em fase de construção.
- Segundo o ICPC 09, os deságios registrados até 31 de dezembro de 2008, devem ser alocados aos ativos adquiridos, caso não o sejam, devem ser baixados para o resultado. Por esse motivo, a Companhia registrou em prejuízos acumulados o deságio referente à aquisição da Pedreira Sepetiba, no montante de R\$52. Todos os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e interpretações da IFRS, referentes aos instrumentos financeiros que entraram em vigor, foram adotados pela Companhia em 2010, tais como:

- Alterações do CPC 40 e IFRS 7 (*Financial Instruments: Disclosures*), que visam melhorar os requerimentos de divulgação e mensuração do valor justo e do risco de liquidez, bem como requerem a divisão de hierarquia para valor justo referente aos instrumentos financeiros. A hierarquia fornece parâmetros para preços cotados e não ajustados em mercado ativo, referentes aos ativos ou passivos financeiros apresentados na Nota Explicativa nº 30. Existem três níveis para classificação do valor justo do instrumento financeiro:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Dados extraídos do modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

• Alteração do CPC 38 e IAS 39 (*Financial Instruments*)

No referido pronunciamento, destacam-se os procedimentos para identificação de instrumentos derivativos embutidos em contratos, visando o reconhecimento tempestivo, controle e adequado tratamento contábil a ser empregado, os quais deverão ser aplicáveis à Companhia e suas controladas.

Os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários embutidos devem ser analisados com o objetivo de mitigar possíveis *host contracts*, que, se identificados, serão submetidos a eventuais testes de efetividade e cálculo do valor justo.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas não detêm contratos em aberto com derivativos embutidos.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas demonstrações financeiras, para fins de divulgação, e incluiu as seguintes informações:

- Lucro (prejuízo) por ação, conforme o CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentadas na Nota Explicativa nº 23.
- Receita operacional, conforme o CPC 30 e IAS 18 (*Revenue*), apresentada na Nota Explicativa nº 24.
- Despesas por natureza, conforme o CPC 26 e IAS 1 (*Presentation of Financial Statements*), apresentadas na Nota Explicativa nº 25.
- Informações por segmento, conforme o CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 28.

4.2. Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados com o da Controladora

	Patrimônio líquido	
	31/12/2009	1/1/2009
Consolidado em IFRS	1.017.292	363.256
Ativo diferido (*)	53.529	162.802
Participações de acionistas não controladores	(75.659)	(83.901)
Baixa de deságio na LLX Sudeste Ltda.	(10)	(10)
	995.152	442.147

(*) Valores demonstrados estão líquidos dos efeitos fiscais.

4.3. Comparação das demonstrações contábeis ajustadas aos IFRS com as divulgadas

4.3.1 Balanços patrimoniais consolidados

	1/1/2009(*)		31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	250.453	250.453	481.896	481.896
Contas a receber de clientes	1.609	1.609	1.702	1.702
Estoques	1.827	1.827	3.704	3.704
Depósito bancário vinculado	–	–	2.638	2.638
Imposto diferido	–	–	3.023	–
Impostos a recuperar	9.385	9.385	21.081	21.081
Despesas antecipadas	2.511	2.511	4.081	4.081
Provisão para ganho com derivativos	–	–	6.971	6.971
Adiantamentos diversos	328	328	750	750
Outros créditos	–	–	3	3
	266.113	266.113	525.849	522.826
Não circulante				
Depósitos judiciais	9.360	9.360	10.155	10.155
Depósitos bancários vinculados	59.904	59.904	1.832	1.832
Partes relacionadas	–	–	68	68
Impostos a recuperar	2.743	2.743	604	604
Imposto diferido	–	83.870	31.758	62.002
Outros créditos com terceiros	20.983	20.983	132.947	132.947
Provisão para ganho com derivativos	–	–	255	255
Despesas antecipadas	490	490	–	–
Imóveis destinados à venda	514	514	–	–
Imposto de renda sobre mútuo	–	–	2.403	2.403
Imobilizado	306.890	306.890	606.676	606.676
Intangível	107.818	107.870	123.264	123.316
Diferido	246.672	–	80.750	–
	755.374	592.624	990.712	940.258
	1.021.487	858.737	1.516.561	1.463.084

(*) Data da transição

	1/1/2009(*)		31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	484	484	225.259	225.259
Fornecedores	45.961	45.961	30.925	30.925
Impostos e contribuições a recolher	5.342	5.342	3.281	3.281
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.717	4.717	4.456	4.456
Salários e férias a pagar	2.224	2.224	11.959	11.959
Adiantamento de clientes	–	–	510	510
Partes relacionadas	2.654	2.654	1.454	1.454
Obrigações com terceiros	–	–	3.189	3.189
Obrigações com aquisições de investimentos	36.709	36.709	2.870	2.870
Provisão para perda com derivativos	130.637	130.637	130	130
Impostos diferidos	–	–	2.370	–
Outras provisões	–	–	5.499	5.499
	228.728	228.728	291.902	289.532
Não circulante				
Obrigações com terceiros	21.003	21.003	133.084	133.084
Empréstimos e financiamentos	199.370	199.370	123	123
Impostos e contribuição a recolher	–	–	4.927	4.927
Imposto de renda e contribuição social	9.360	9.360	10.155	10.155
Obrigações ligadas a retiradas de ativos e reflorestamento	65	65	88	88
Provisão para perda com derivativos	34.931	34.931	–	–
Provisão para contingências	380	380	405	405
Impostos diferidos	–	18	87	2.475
Outras obrigações	1.626	1.626	5.003	5.003
	266.735	266.753	153.872	156.260
Participações de acionistas não controladores	83.901	–	75.659	–
Patrimônio líquido				
Capital social	75.143	75.143	675.803	675.803
Reservas de capital	329.086	333.905	330.163	341.080
Reservas de lucros	90.866	90.866	–	–
Prejuízos acumulados	(52.972)	(202.424)	(10.838)	(59.925)
Participações de acionistas não controladores	–	65.766	–	60.334
	442.123	363.256	995.128	1.017.292
	1.021.487	858.737	1.516.561	1.463.084

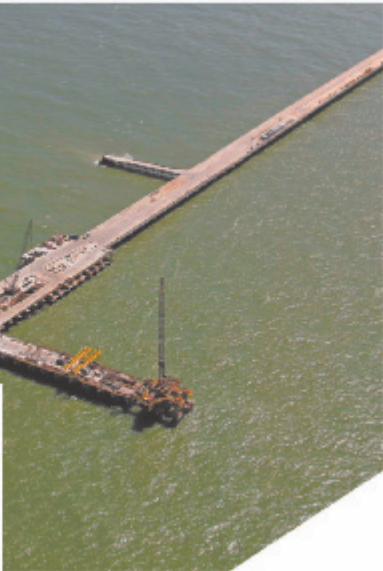
(*) Data da transição

4.3.2 Reconciliação do patrimônio líquido consolidado

	1/1/2009(*)	31/12/2009
Patrimônio líquido conforme divulgado	442.123	995.128
Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador em reserva de capital - Nota Explicativa nº 27	4.819	10.917
Participações de acionistas não controladores	83.901	75.659
Ativo diferido (*)	(162.802)	(53.529)
Baixa de deságio registrado na LLX Sudeste Ltda. (*)	34	34
Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador no prejuízos acumulados - Nota Explicativa nº 27	(4.819)	(10.917)
Patrimônio líquido consolidado ajustado ao IFRS	363.255	1.017.292



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LXL3



4.3.3 Demonstração do resultado consolidado

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS
Receita operacional bruta	16.639	-
Deduções da receita bruta	(2.832)	-
Receita operacional líquida	13.807	-
Custos dos produtos vendidos	(13.972)	-
Prejuízo bruto	(165)	-
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(5.532)	-
Administrativas e gerais	(66.800)	(56.047)
Honorários da administração	(1.071)	(7.169)
Despesas financeiras	(266.820)	(98.681)
Receitas financeiras	255.085	252.199
Outras receitas (despesas) operacionais	572	(765)
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(94.731)	89.537
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.573)	(4.089)
Imposto de renda e contribuição social diferido	32.324	(26.829)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	(56.980)	58.619
Operações descontinuadas		
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(12.423)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos:		
Acionista controlador	(48.732)	51.633
Acionistas não controladores	(8.248)	(5.437)
Lucro (Prejuízo) do período	(56.980)	46.196
Resultado por ação - operações contiuadas		
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária - básico (em R\$)	(0,09138)	0,07409
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária - diluído (em R\$)	(0,09102)	0,07380
Resultado por ação - operações descontinuadas		
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária - básico (em R\$)	-	0,07409
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária - diluído (em R\$)	-	0,07380

4.3.4 Reconciliação do resultado consolidado

	31/12/2009	
Prejuízo do período conforme divulgado	(48.732)	
Reversão da perda do ativo diferido (*)	109.274	
Ajustes de IFRS - Opções de compra de ações outorgadas pelo acionista Controlador CPC 10 e ICPC 05 - Nota Explicativa nº 27	(6.098)	
Ajuste acionista não controladores	(2.811)	
Lucro ajustado ao IFRS	51.633	

(*) Valores demonstrados estão líquidos dos efeitos fiscais.

4.3.5 Demonstração do fluxo de caixa consolidado

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado ao IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(40.334)	(40.334)
Caixa gerado nas atividades operacionais	(39.646)	(39.646)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(48.732)	51.633
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Variação monetária e juros	27.185	31.078
Participação de acionistas não controladores	(8.242)	(5.431)
Provisão (reversão) p/ perda com derivativos	(165.437)	(165.437)
Ajuste do exercício das operações descontinuadas	-	(2.677)
Provisão para contingências	25	-
Ajuste de inventário	(330)	(729)
Depreciação e amortização	9.004	7.564
Amortização ação diferido resultado financeiro	165.567	-
Baixa do imobilizado	782	(108)
Baixa de adiantamento de terceiros	3.484	3.484
Obrigações para retirada de ativos	23	23
Provisão para ganho com derivativos	(7.226)	(7.226)
Provisão para bônus	10.689	9.609
Constituição de reserva de capital plano de opção de compras de ações	1.071	7.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	242	-
Provisão para IR/CSLL	4.573	4.573
IR/CSLL diferidos	(32.324)	26.829
Variações nos ativos e passivos	(688)	(688)
(Aumento) em contas a receber	(335)	(335)
(Aumento) nos estoques	(1.548)	(1.548)
(Aumento) em impostos a recuperar	(11.457)	(11.457)
(Aumento) em despesas antecipadas	(1.080)	(1.080)
(Aumento) em depósitos vinculados	59.837	59.837
Redução em outros créditos	88	88
Redução em fornecedores	(15.035)	(15.035)
Redução de impostos e contribuições a recolher	(1.173)	(1.173)
Redução de obrigações c/aquisição de investimento	(34.590)	(34.590)
Aumento em salários e férias a pagar	1.061	1.061
Redução em outras obrigações	3.544	3.544
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(431.205)	(431.205)
Aquisição de ativo imobilizado	(308.606)	(308.606)
Empréstimos concedidos à pessoas ligadas	(68)	(68)
Empréstimos concedidos à terceiros	(106.474)	(106.474)
Aquisição de direitos de acesso	(14.861)	(14.861)
Aquisição de licenças de software	(320)	(320)
Aquisição de direito de posse	(843)	(843)
Aquisição de direito minerais	(33)	(33)
Caixa líquido usado na atividades de financiamento	702.982	702.982
Aumento de capital líquido	600.666	600.666
Empréstimos obtidos com terceiros	103.516	103.516
Empréstimos liquidados com pessoas ligadas	(1.200)	(1.200)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	231.443	231.443
No início do período	250.453	250.453
No final do período	481.896	481.896

5. RESUMO PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, abaixo descritas em detalhe, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e CPC.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Tendo em vista a fase pré-operacional da maior parte das empresas controladas pela Companhia, o resultado consolidado do Grupo LLX é representado basicamente por gastos não diretamente relacionados aos empreendimentos em andamento e/ou que não estão diretamente associados aos benefícios futuros pelas operações da Companhia.

b. Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, e posteriormente, de acordo com sua classificação. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Nas operações com derivativos, variações do valor justo são registradas no resultado financeiro, na conta de instrumentos derivativos, exceto se os derivativos forem relacionados a um *hedge* de fluxo de caixa. Nesses casos, as variações são registradas no patrimônio líquido até a sua realização. Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentada pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. As contas a receber de clientes, os depósitos bancários vinculados e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

• Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas detinham instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, os quais foram realizados em 14 de outubro de 2010 gerando um ganho de R\$15.364.

Os derivativos estavam reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, sendo os custos de transação atribuíveis, reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente, os derivativos mensurados ao valor justo e suas alterações foram contabilizadas no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas não adotam a política de contabilização do *hedge* ("hedge accounting"), seja com base no fluxo de caixa ou no valor justo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações, ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

d. Ativos circulante e não circulante

• Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

• Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto, que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial no balanço individual.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção deduzido da depreciação, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos bens em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15. Tais taxas representam o tempo de vida útil estimado dos bens sujeitos à depreciação e os respectivos valores residuais.

Com relação aos ativos em formação ou construção, os gastos são capitalizados apenas quando não mensuráveis e quando há evidências de que da sua utilização fluirão benefícios econômicos para a Companhia, tendo em vista os objetivos principais dos empreendimentos realizados no Superporto do Açu. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

A Companhia avaliou seus bens do ativo imobilizado quanto à atribuição do custo na adoção inicial (Custo Atribuído – *Deemed Cost*), e não identificou bens que pudessem ser avaliados dentro desse conceito.

• Arrendamento operacional

Os contratos caracterizados como arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultado, em bases lineares e pelo prazo do contrato de arrendamento.

• Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios, no balanço consolidado.

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, subtraídas as despesas de amortização.

- Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

• Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Companhia.

Todos os dispêndios apurados pela Companhia e suas controladas, inclusive os resultados financeiros, gastos com pesquisas, gastos administrativos e gerais, relativamente às empresas que estavam em fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2008, foram reconhecidos no ativo diferido por estarem associados à expectativa de fruição de benefícios futuros para o Grupo LLX.

Com a adoção inicial das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a Companhia optou por manter nos balanços individuais de suas controladas os saldos dos ativos diferidos acumulados registrados até 31 de dezembro de 2008, estando esses efeitos refletidos no investimento no balanço individual da Companhia, devendo vir a ser amortizados linearmente pelo período de 10 anos, a partir da data de entrada em operação; ou por constituição de provisão para redução ao valor recuperável; e/ou por baixa contra o resultado, caso haja algum indicativo de que do referido ativo não fluirão benefícios econômicos para a Companhia.

No balanço consolidado, a Companhia realizou o saldo do ativo diferido integralmente, uma vez que não há previsão para sua manutenção no IFRS, conforme Nota Explicativa nº 4.2.

e. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor podem incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas em condições que estas não considerariam em outras transações usuais de mercado, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos, são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo não financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento em um período subsequente, e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável é reconhecida em outros resultados abrangentes.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos do Grupo não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, seus principais ativos estão em fase de construção e ainda não são geradores de caixa. Dessa forma, a Companhia utilizou como base as estimativas de receitas futuras baseadas em seu Plano de Negócios e concluiu que os ativos encontram-se registrados ao seu valor recuperável.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

• Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para quitar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

• Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia registra as opções de compra de ações próprias e aquelas outorgadas pelo acionista Controlador independente de pertencerem a outras empresas do Grupo EBX, em função dos serviços prestados pelos seus Executivos-chave e Conselheiro. São mensurados ao valor justo em conta específica do patrimônio líquido e demonstração do resultado, em conformidade com as condições contratuais e as normas CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 (*Share-based Payment*).

• Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e resultados diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, e de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias foram constituídos conforme CPC 32 e IAS 12, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade econômica aprovado pelos órgãos da Administração.

A Companhia também registrou impostos ativos e passivos diferidos com base nas diferenças temporárias decorrentes dos ajustes do Regime Tributário de Transição (RTT), conforme alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro 2010. Essa prática contábil não foi aplicada a algumas controladas que têm os créditos fiscais diferidos ativos integralmente provisionados, conforme Nota Explicativa nº 10.

g. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida quantidade média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

h. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

i. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, conforme requerido pelo CPC 09, sem pronunciamento similar nas IFRSs.

A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (a receita bruta das vendas, incluindo os tributos sobre ela incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e a amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

j. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio do Grupo que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda, ou que é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vistas a revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer entre. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de resultado abrangente são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Como mencionado na Nota Explicativa nº 6, tendo em vista a cisão parcial da LLX Sudeste, a Companhia demonstra em suas demonstrações financeiras o resultado das operações descontinuadas dos exercícios de 31 de dezembro de 2010 e 2009.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a saber:

• *Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters*;

• *Improvements to IFRS 2010*;

• *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)*;

• *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues*).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas conforme as IFRS emitidas pelo IASB e o BR GAAP, e incluem as informações da controladora LLX e suas controladas, a seguir:

	Porcentagem de participação		
	2010	2009	1/1/2009
Controladas diretas:			
LLX Minas-Rio (*)	51%	51%	51%
LLX Açú	70%	70%	70%
LLX Sudeste S.A. (**)	—	70%	70%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	70%	70%	70%
Controladas indiretas:			
LLX Sudeste Ltda. (**)	—	70%	70%
Pedreira Sepetiba Ltda. ("Pedreira Sepetiba") (**)	—	70%	70%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú S.A. ("GSA")	70%	70%	70%
SNF	—	70%	—
SDX Investimentos S.A. ("SDX")	70%	—	—
Porto do Açú Siderurgia S.A. ("Porto do Açú S.A.")	70%	—	—
TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. ("TCS") (**)	—	70%	70%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Multimercado Crédito Privado LLX 63	99,99%	100%	100%

(*) Controle compartilhado, conforme o Acordo de Acionistas que garante os mesmos direitos de controle ao acionista Anglo American Participações em Mineração Ltda. ("Anglo American Participações").

(**) Parcela do acervo cindido da LLX, incorporado à PortX.

Em 1º de março de 2010, a LLX Açú adquiriu 800 ações ordinárias da Companhia Parga Participações S.A., que representam a totalidade de seu capital social, pelo preço de R\$1,00 cada. Nesta data, houve alteração da razão social de Parga para SDX. Em 20 de abril de 2010, a LLX Açú transferiu 1 (uma) ação da SDX para a LLX, perfazendo 799 ações de propriedade da LLX Açú e 1 (uma) ação da LLX, pelo mesmo preço de compra. Essa empresa foi adquirida com o objetivo de estruturar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú. O valor de aquisição desta empresa foi de R\$800,00.

Em 9 de abril de 2010, LLX e LLX Açú adquiriram 800 ações ordinárias da Companhia Mercúrio Participações S.A., que representam a totalidade de seu capital social, pelo preço de R\$1,00 cada, sendo 799 ações adquiridas pela LLX Açú e 1 (uma) ação pela LLX. Nesta data, houve alteração da razão social da Mercúrio para Porto do Açú S.A.. Essa empresa foi adquirida com o objetivo de viabilizar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú. O valor de aquisição desta empresa foi de R\$800,00.

Cabe ressaltar que ambas as aquisições mencionadas anteriormente não foram caracterizadas como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*).

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia alienou sua participação indireta na SNF, controlada direta da LLX Açú. A venda foi efetuada por US\$46 milhões (equivalentes a R\$77.932) mediante o pagamento de US\$2 milhões (equivalentes a R\$3.388) à vista e US\$44 milhões (equivalentes a R\$74.544) condicionados ao cumprimento das cláusulas do contrato celebrado entre a LLX Açú e a Ternium em 15 de setembro de 2010. Para fins de cálculo dos valores em Reais foi utilizado a taxa de câmbio de R\$/US\$1.6942, correspondente ao valor de fechamento na data da transação, publicado pelo Banco Central do Brasil. O ganho líquido realizado nesta operação é de R\$3.365.

Em 30 de setembro de 2010, no Protocolo de Cisão Parcial da LLX, foi divulgado que o investimento na LLX Sudeste S.A. e suas controladas seria cindido e vertido à PortX, sendo homologado em AGE realizada em 28 de outubro de 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e foram ajustadas ao exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;
- Consolidação proporcional à participação da Companhia no capital da LLX Minas-Rio, por se tratar de companhia cujo controle é compartilhado, conforme a observação (*) acima;
- Os saldos das transações intercompanhias da controlada de controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

A empresa controladora em conjunto é avaliada por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e no balanço patrimonial da controladora, e consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O resumo do balanço patrimonial individual, em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro 2009, da controlada de controle em conjunto LLX Minas-Rio, já considerado o percentual de participação de 51%, é apresentado a seguir:

	LLX Minas-Rio		
	2010	2009	1/1/2009
Balanço patrimonial			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	10.055	32.220	40.150
Impostos a recuperar	5.010	4.844	6.576
Impostos diferidos	26.634	24.247	54.354
Depósitos judiciais	12.569	10.155	9.360
Depósitos vinculados	2.410	1.435	—
Provisão para ganho em operações com derivativos	—	7.226	—
Créditos diversos	13	51	—
Despesas Antecipadas	2.885	3.812	—
Imobilizado	579.580	421.840	195.417
Intangíveis	925	1.097	1.542
Outros	—	—	2.740
	640.081	506.927	310.139
Passivo			
Fornecedores	11.717	24.263	20.509
Salários e encargos	1.423	1.092	—
Impostos e contribuições	23.420	15.809	14.701
Impostos diferidos	—	2.457	—
Partes relacionadas	422.417	138.470	21.940
Provisão para perdas com derivativos	—	130	151.368
Provisão para retirada de ativos e reforestamento	97	88	65
Obrigações com terceiros	4.156	138.332	21.233
Provisão para contingências	—	30	—
Receita diferida	31.701	31.701	14.481
Patrimônio líquido	145.150	154.555	65.842
	640.081	506.927	310.139

Conforme a Nota Explicativa nº 6, quanto aos aspectos da cisão parcial da LLX Sudeste S.A., a parcela cindida foi constituída com base no balanço auditado de 31 de dezembro de 2009, ajustado às Informações Trimestrais do 1º e do 2º trimestres de 2010 em BR GAAP, já que, para fins societários, os padrões utilizados devem estar em conformidade com a Lei 6.404/76, ajustados aos CPCs e deliberados pela CVM.

Como referenciado em AGE, datada de 28 de outubro de 2010, a redução do capital da Companhia foi de R\$52.557, passando de R\$675.909 para R\$623.352, conforme aprovado pelos acionistas da LLX. A parcela foi cindida e incorporada à PortX.

A demonstração comparativa de resultado está sendo reapresentada para exibir a operação de cisão.

	LLX Sudeste S.A.		
	31/8/2010 (não auditado)	31/12/2009	1/1/2009
Balanço patrimonial - (pro-forma) antes da adoção das IFRS			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	87.560	35.334	47.396
Contas a receber	776	1.702	1.609
Estoques	4.825	3.704	1.827
Depósitos bancários vinculados	3.678	3.035	1.687
Impostos a recuperar	1.262	914	106
Impostos diferidos	10.009	2.860	—
Despesas antecipadas	78	5	—
Adiantamentos diversos	1.043	337	10
Outros créditos	14	3	514
Partes relacionadas	—	65	—
Imobilizado	179.475	61.037	9.050
Intangíveis	91.958	91.931	91.080
Diferido	19.936	19.936	20.040
	400.614	220.863	173.319
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	89.038	448	967
Fornecedores	502	3.110	1.274
Impostos e contribuições a recolher	3.757	1.509	1.321
Salários e férias a pagar	2.103	1.770	602
Adiantamento a clientes	—	510	—
Outras provisões	141	—	—
Partes relacionadas	228.747	3.275	21.255
Obrigações com aquisições de investimentos	—	150	38.209
Provisão para contingências	350	375	350
Outras obrigações	891	2.535	125
Participações de acionistas não controladores	11	8	4
Patrimônio líquido	75.074	207.173	109.212
	400.614	220.863	173.319

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	LLX Sudeste S.A.		
	31/8/2010 (não auditado)	2009	(165)
Resultado líquido de operações descontinuadas			
Receitas	(2.411)	(165)	
Despesas	4.978	4.272	
	(28.587)	(18.908)	
Resultado de equivalência patrimonial			
Resultado antes dos impostos			
Impostos sobre o lucro	(26.020)	(14.801)	
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social			
Ganhos ou perdas em operações descontinuadas	7.020	2.376	
Participação de acionistas não controladores	(19.000)	(12.425)	
Resultado do exercício			
	2	2	
	(18.998)	(12.423)	
Resultado por ação ordinária - básico	(0,0274)	(0,0199)	
Resultado por ação ordinária - diluído	(0,0274)	(0,0198)	

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas

	LLX Sudeste S.A.		
	2010	2009	
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(22.757)	(48.808)	
Caixa líquido das atividades de investimento	(15.081)	(55.157)	
Caixa líquido das atividades de financiamento	90.067	91.903	
Caixa líquido equivalente de operações descontinuadas	52.229	(12.062)	

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
Caixa e bancos	62	82	76	166	4.117	788
Aplicações financeiras	23.137	260.451	13.161	115.420	477.779	249.665
	23.199	260.533	13.237	115.586	481.896	250.453

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O fundo de investimento exclusivo é administrado pelo Banco Bradesco e lastreado em títulos públicos federais e em títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média sobre o DI CETIP ("CDI") de 103,4% (marcação a mercado) e 103,7% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A seguir está representada a composição da carteira de aplicações financeiras:

	Natureza das aplicações – Controladora					
	2010		2009		1/1/2009	
Instituição financeira	Títulos públicos	Operações compromissadas	CDB	Total	Total	Total
Fundos exclusivos:						
Bradesco	3.094	6.673	6.218	15.985	225.179	13.161
Outras aplicações:						
Morgan Stanley	—	—	7.152	7.152	35.272	—
Total de aplicações	3.094	6.673	13.370	23.137	260.451	13.161
Natureza das aplicações – Consolidado						
2010						
Instituição financeira	Títulos públicos	Operações compromissadas	CDB	Total	Total	Total
Fundos exclusivos:						
Bradesco	20.963	45.195	42.110	108.268	442.507	249.665
Outras aplicações:						
Morgan Stanley	—	—	7.152	7.152	35.272	—
	20.963	45.195	49.262	115.420	477.779	249.665

Adicionalmente, conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos às obrigações decorrentes do pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos financeiros, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas inerentes às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou ativos pertencentes à Companhia e a suas controladas que as garantam.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Instituição financeira				
LFT	441	—	3.252	—

A Companhia classifica como títulos e valores mobiliários as operações relacionadas a títulos públicos federais (LFTs) com vencimento superior a 90 dias.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
IRRF	172	4.151	1.424	1.566	10.103	6.598
IRPJ e CSLL	14.763	4.716	1.218	24.270	10.855	2.343
ICMS	—	—	—	758	604	2.743
PIS	—	—	24	31	—	421
COFINS	—	—	—	142	—	—
Outros	93	93	—	124	123	12
	15.028	8.960	2.666	26.891	21.685	12.128
Circulante	15.028	8.960	2.642	26.133	21.081	9.385
Não circulante	—	—	24	758	604	2.743

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia apura o lucro tributável considerando os critérios da Lei 6.404/76 antes das alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09. A confirmação da opção por este regime ocorreu na entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("DIPJ") do ano-calendário 2008.

Desse modo, o Grupo LLX registra os impostos sobre diferenças temporárias, em razão da adoção da nova Lei Societária, como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos, segregados por natureza, calculados à alíquota de 34%, tendo em vista a perspectiva de utilização desses créditos fiscais no futuro, evidenciado pelo plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram mantidas as provisões para realização dos créditos fiscais provenientes das controladas LLX Brasil, SDX, Porto do Açú e GSA, em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Assim, o imposto de renda e a contribuição social diferidos do Grupo LLX têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
Ativo não circulante:						
Prejuízos fiscais a compensar	—	2.090	4.029	88	2.320	4.029
Base negativa de contribuição social	—	753	1.450	32	836	1.450
Ajuste diferido ativo (*)	—	—	—	20.461	27.354	83.870
Ajuste Lei 11.638/07 - RTT diferido ativo	—	—	—	48.384	32.146	—
Provisão para liquidação de derivativo	—	—	(560)	—	—	(560)
Provisão para gratificação/bônus	2.383	—	—	2.557	—	—
Provisão para contingência trabalhista	37	—	—	37	—	—
Provisão para doação imobilizado	—	—	—	11	—	—
Provisão para perda em investimento	—	—	674	6	—	—
Provisão para perda - Porto Brasil	—	—	—	16.812	16.812	17.917
	2.420	2.843	5.593	88.388	79.468	106.706
	—	—	(5.593)	(17.342)	(17.466)	(22.836)
	2.420	2.843	—	71.046	62.002	83.870
Passivo não circulante:						
Provisão para liquidação de derivativos	—	—	—	—	(2.475)	(18)
	—	—	—	—	(2.475)	(18)

(*) Nos balanços de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 foi constituído imposto de renda diferido referente à diferença de práticas contábeis entre o BR GAAP e IFRS, referente à baixa do ativo diferido, conforme Nota Explicativa nº 4.2.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções atuais dos lucros tributáveis futuros, considerando as diversas premissas financeiras, econômicas e estratégicas relacionadas ao negócio principal do Grupo LLX, que é a prestação de serviços de logística portuária. Consequentemente há um grau de incerteza inerente às projeções de resultados futuros ao longo do tempo. Além disso, destaca-se a ausência de norma tributária divulgada pela Receita Federal do Brasil, que regulamente o aproveitamento no futuro do crédito fiscal de imposto diferido. Baseado no plano de negócios divulgado em 2 de março de 2010, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$39.900 em 2011 e R\$10.865 em 2012. O montante de R\$20.461 refere-se ao ajuste de adoção inicial do IFRS, o qual será revertido no momento de amortização do ativo diferido, apesar da Companhia possuir projeção de lucros tributáveis futuros para completa recuperação desse valor até 31 de dezembro de 2012.

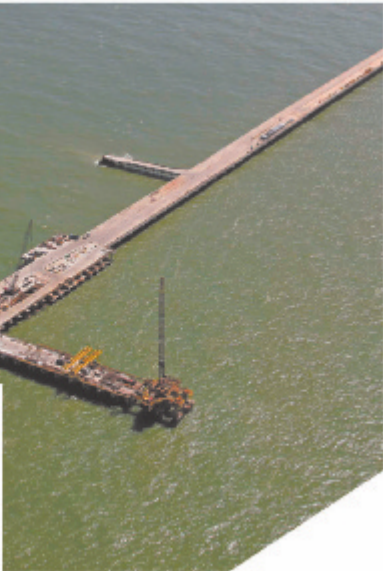
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro 2010 e 2009:

	Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009
LLX Minas-Rio	12.570	10.155	9.360
LLX Açú	8.000	—	—
	20.570	10.155	9.360</



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LXL3



31 de dezembro de 2009									
	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital	Constituição de AFAC	Receita Líquida	Prejuízo do exercício
Controladas diretas									
LLX Sudeste S.A.	70%	84.210	207.341	2.837	204.504	120.301	110.384	–	(26.232)
LLX Açú	70%	124.217	403.019	236.833	166.186	177.453	4.197	–	(15.464)
LLX Brasil	70%	32.203	6.285	7	6.278	46.005	10.153	–	(49.880)
LLX Minas-Rio	51%	452.127	998.225	690.928	307.297	335.985	50.000	–	(78.688)

31 de dezembro de 2010									
	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital	Constituição de AFAC	Receita Líquida	Prejuízo do exercício
Controladas diretas									
LLX Açú	70%	124.217	525.703	382.457	143.246	177.453	4.197	11.108	(49.512)
LLX Brasil	70%	32.203	18.530	–	18.530	46.005	22.863	–	(50.338)
LLX Minas-Rio	51%	452.127	1.259.383	970.452	288.931	385.985	–	–	(97.054)

Movimentações - Controladora

	1/1/2009	2009	(Reversão) constituição de adiantamento para futuro aumento de capital (**)		Reversão do capital por baixa de cisão	Equivalência patrimonial	2010
Controladas							
LLX Sudeste S.A.	76.472	176.257	(110.408)	(52.557)	(13.292)	–	–
LLX Açú	121.303	117.590	–	–	(16.058)	101.532	–
LLX Brasil	–	7.440	12.710	–	(322)	19.828	–
LLX Minas-Rio	171.352	156.722	–	–	(9.367)	147.355	–
Outras	4	5	–	–	–	5	–
	369.131	458.014	(97.698)	(52.557)	(39.039)	268.720	

b. **Avais, fianças, hipotecas concedidas em favor das controladas e coligadas**

A Companhia concedeu aval de 70%, juntamente com a Centennial Asset Participações Açú S.A. na proporção de 30%, para os empréstimos concedidos pelo Banco Bradesco à LLX Açú nos montantes de R\$190.000 em setembro de 2008 e R\$155.000 em setembro de 2010.

15. IMOBILIZADO

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
LLX	2.128	604	825	2.128	604	825
LLX Minas-Rio	–	–	–	579.580	421.840	201.512
LLX Açú	–	–	–	180.144	123.169	95.292
GSA	–	–	–	11.817	–	–
LLX Sudeste S.A.	–	–	–	–	361	1.289
LLX Sudeste Ltda.	–	–	–	–	55.585	3.239
Pedreira Sepetiba	–	–	–	–	3.410	4.441
TCS	–	–	–	–	1.681	81
LLX Brasil	–	–	–	18.254	26	211
	2.128	604	825	791.923	606.676	306.890

Em 27 de dezembro de 2010, a LLX Minas-Rio, a Anglo American Participações e outras Partes Relacionadas relevantes concluíram a revisão das condições comerciais e operacionais que regulam a movimentação do minério de ferro no Superporto do Açú. Esta revisão visa à atualização do escopo e dos parâmetros negociais dos acordos relevantes em vigor, tais como o *Framework Agreement*, o *Port Land Agreement* e o *Port Access Agreement*. Para que estes contratos sejam efetivos, a LLX Minas-Rio e a Anglo American Participações precisam cumprir uma série de cláusulas suspensivas previstas nos mesmos, tais como a transferência de bens, direitos de utilização das áreas e reembolso de gastos incorridos adicionais aos previstos nos contratos aditados. Desta forma, nenhum efeito contábil foi registrado em 31 de dezembro de 2010.

Com base nesta revisão, foram acordadas as seguintes condições para a operação de minério de ferro no Superporto do Açú:

Acordo take-or-pay de longo prazo

As Partes firmaram um contrato de longo prazo *take-or-pay* (por 25 anos) pelo qual a Anglo American Participações se compromete a pagar uma tarifa de US\$7,10, reajustada anualmente por 2/3 do US PPI (*United States Producer Price Index*), índice de preço ao produtor dos EUA, por tonelada de minério de ferro embarcada no terminal do Superporto do Açú. A obrigação *take-or-pay* da Anglo American Participações começa no primeiro embarque de minério de ferro pelo Superporto e, se tal embarque não tiver ocorrido no período compreendido entre 1º de julho de 2013 até 1º de julho de 2014, a Anglo American Participações estará obrigada a arcar com as parcelas de financiamento da LLX Minas-Rio que vencem neste período. Além disso, a Anglo American Participações estará sujeita às obrigações de *take-or-pay*, caso os embarques de minério de ferro não ocorram a partir de 1º de julho de 2014.

O pagamento mensal da obrigação de *take-or-pay* será baseado no volume anual de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro em forma natural. Este contrato deverá gerar uma receita anual para a LLX Minas-Rio de aproximadamente US\$190 milhões.

Capex da LLX Minas-Rio

A assinatura destes acordos garante que os investimentos da LLX Minas-Rio permaneçam limitados ao montante já desembolsado com o empreendimento, de aproximadamente US\$510 milhões (equivalente a R\$973.859). A Anglo American Participações contribuirá com recursos excedentes até o limite de R\$1.299.598 para o empreendimento. Neste mesmo ato, a LLX Minas-Rio e a Anglo American Participações se comprometem a dividir igualmente qualquer custo adicional que eventualmente venha a exceder o investimento total do empreendimento de R\$2.273.457, de forma a garantir sua plena implementação.

Expansão do empreendimento

Os acordos revisados também asseguram à LLX Minas-Rio a opção de participar da expansão do terminal de minério de ferro. De acordo com esta opção, caso a LLX Minas-Rio decida participar da expansão do empreendimento, a Anglo American Participações deverá remunerar o investimento através do pagamento de uma tarifa por capacidade de embarque que garantirá à LLX Minas-Rio uma taxa de retorno de 15% a.a. ao longo de um período de 25 anos, sujeita a alguns ajustes contratuais.

a) Composição dos saldos

	Controladora				
	Taxa anual de depreciação ponderada		Depreciação acumulada	Líquido 2010	Líquido 2009
Edificações	4	–	–	–	169
Benfeitorias	11	855	(47)	808	–
Móveis e utensílios	10	485	(42)	443	144
Equipamentos de comunicação	20	71	(21)	50	52
Equipamentos de informática	25	820	(198)	622	235
Máquinas e equipamentos	10	5	–	5	4
		2.236	(308)	1.928	604
				604	823
Adiantamento para formação de imobilizado	–	200	–	200	–
Obras e equipamentos em construção	–	–	–	–	2
		200	–	200	2
		2.436	(308)	2.128	604
				604	825

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação ponderada		Depreciação acumulada	Líquido 2010	Líquido 2009
Edificações	3	4.145	(332)	3.813	4.380
Benfeitorias em estradas e imóveis de terceiros	31	33.130	(13.498)	19.632	25.803
Instalações	6	921	(153)	768	1.034
Móveis e utensílios	10	1.155	(152)	1.003	707
Equipamentos de comunicação	16	217	(39)	178	181
Equipamentos de informática	23	1.608	(409)	1.199	721
Equipamentos de sinalização	20	586	(203)	383	452
Máquinas e equipamentos	10	501	(57)	444	3.417
Artefatos têxteis	25	40	(12)	28	42
Veículos	12	972	(210)	762	1.177
		43.275	(15.065)	28.210	37.914
				37.914	6.926
Terrenos	–	42.920	–	42.920	41.690
Adiantamentos para formação de imobilizado	–	90.010	–	90.010	67.531
Obras em andamento e equipamentos em construção	–	630.783	–	630.783	459.541
		763.713	–	763.713	568.762
				568.762	299.964
		806.988	(15.065)	791.923	606.676
				791.923	306.890

(a) Taxa de depreciação calculada sobre a vida útil econômica dos ativos imobilizados, extraídos do Laudo de Inventário Físico realizado em 2010 por perito patrimonial independente.

b) Movimentação do custo

	1/1/2009		Movimentação			2009
	Custo		Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações	442	–	–	(257)	(4)	181
Móveis e utensílios	212	8	–	(54)	2	168
Equipamentos de comunicação	62	3	–	–	–	65
Equipamentos de informática	174	140	–	(4)	4	314
Máquinas e equipamentos	–	5	–	–	–	5
Adiantamentos para formação de imobilizado	2	–	–	–	(2)	–
Obras em andamento	2	–	–	(2)	–	–
	894	156	(317)	–	–	733

	2009		Movimentação			2010
	Custo		Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações	181	–	–	–	(181)	–
Benfeitorias	–	674	–	181	–	855
Móveis e utensílios	168	317	–	–	–	485
Equipamentos de comunicação	65	6	–	–	–	71
Equipamentos de informática	314	506	–	–	–	820
Máquinas e equipamentos	5	–	–	–	–	5
Adiantamentos para formação de imobilizado	–	200	–	–	–	200
Obras em andamento	–	–	–	–	–	–
	733	1.703	–	–	–	2.436

	1/1/2009		Movimentação			2009
	Custo		Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações	1.110	–	–	(606)	4.389	4.893
Benfeitorias em estradas e imóveis de terceiros	–	25.803	–	–	–	25.803
Instalações	716	59	–	–	607	1.382
Móveis e utensílios	597	231	–	(54)	35	809
Equipamentos de comunicação	174	63	–	(27)	–	210
Equipamentos de informática	464	455	–	(4)	5	920
Equipamento de sinalização	–	538	–	–	–	538
Máquinas e equipamentos	4.296	836	–	–	–	5.132
Artefatos têxteis	–	45	–	–	–	45
Veículos	1.529	650	–	(94)	–	2.085
Terrenos	19.234	9.328	–	–	13.128	41.690
Adiantamentos para formação de imobilizado	68.210	10.585	–	–	(11.264)	67.531
Obras em andamento e equipamentos em construção	212.520	254.006	–	(85)	(6.900)	459.541
	308.850	302.599	(870)	–	–	610.579

	2009		Movimentação				2010
	Custo		Adições	Baixas	Transferências	Cisão Sudeste S.A.	Custo
Edificações	4.893	–	–	–	(408)	(340)	4.145
Benfeitorias em estradas e imóveis de terceiros	25.803	7.010	(6)	551	(228)	–	33.130
Instalações	1.382	178	–	–	–	(639)	921
Móveis e utensílios	809	640	–	45	(339)	–	1.155
Equipamentos de comunicação	210	98	–	–	–	(91)	217
Equipamentos de informática	920	950	–	–	(4)	(258)	1.608
Equipamento de sinalização	538	48	–	–	–	–	586
Máquinas e equipamentos	5.132	241	–	(711)	–	(4.161)	501
Artefatos têxteis	45	5	–	–	–	–	40
Veículos	2.085	494	(31)	–	–	(1.576)	972
Terrenos	41.690	243	–	20.626	–	(19.639)	42.920
Adiantamentos para formação de imobilizado	67.531	148.674	(476)	(29.536)	–	(96.183)	90.010
Obras em andamento e equipamentos em construção	459.541	223.202	(1.186)	9.437	–	(60.211)	630.783
	610.579	381.783	(1.699)	–	(183.675)	806.988	

c) Movimentação da depreciação

	1/1/2009		Movimentação		2009
	Depreciação		Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	(13)	–	(8)	9	(12)
Móveis e utensílios	(15)	–	(14)	5	(24)
Equipamentos de comunicação	(8)	–	(5)	–	(13)
Equipamentos de informática	(33)	–	(47)	–	(80)
	(69)	–	(74)	14	(129)

	2009		Movimentação		2010
	Depreciação		Adições	Transferências	Depreciação
Edificações	(12)	–	–	12	–
Benfeitorias	–	(35)	–	(12)	(47)
Móveis e utensílios	(24)	(18)	–	–	(42)
Equipamentos de comunicação	(13)	(8)	–	–	(21)
Equipamentos de informática	(80)	(118)	–	–	(198)
Máquinas e equipamentos	–	–	–	–	–
Adiantamentos para formação de imobilizado	–	–	–	–	–
Obras em andamento	–	–	–	–	–
	(129)	(179)	–	–	(308)

Consolidado	1/1/2009	Movimentação		2009
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	(299)	(224)	38	(485)
Benfeitorias em estradas e imóveis de terceiros	(26)	(13)	11	(28)
Instalações	(197)	(297)	145	(349)
Móveis e utensílios	(34)	(73)	5	(102)
Equipamentos de comunicação	(11)	(19)	–	(30)
Equipamentos de informática	(61)	(138)	–	(199)
Equipamento de sinalização	–	(86)	–	(86)
Máquinas e equipamentos	(900)	(815)	–	(1.715)
Artefatos têxteis	–	(3)	–	(3)
Veículos	(432)	(476)	–	(908)
	(1.960)	(2.144)	199	(3.905)



Os saldos de créditos e débitos decorrente da operação de mútuo da LLX com a LLX Minas-Rio estão sujeitos à taxa de juros e de CDI + 5% a.a., com vencimento em 31 dezembro de 2014.

A EBX, empresa sob controle do Sr. Eike Fuhrken Batista, mantém contratos de compartilhamento dos custos administrativos com o Grupo LLX, sob o mesmo controle comum.

Assim, as transações realizadas entre o Grupo LLX e demais empresas vinculadas ao Grupo EBX e seu controlador são enquadrados no conceito de partes relacionadas, previstos no CPC 05 e IAS 24. Nesse conceito são enquadrados os mútuos e as cobranças mensais a títulos de notas de débito, com prazo de vencimento de 30 a 60 dias, sem incidência de juros (por exemplo, MPX Energia S.A., MMX Metálicos Corumbá Ltda e MMX, AVX Táxi Aéreo Ltda, etc.).

A Companhia também foi avalista em garantia da Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo entre a LLX Açú e o Banco Bradesco S.A., e das obrigações da LLX Minas-Rio decorrentes do Contrato Global de Derivativos firmado com o HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, Contrato Global de Derivativos firmado com o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., das obrigações com a Comercial Exportadora S.A. decorrentes do Contrato Global de Derivativos firmado com o Banco UBS Pactual S.A. e do contrato Global de Derivativos firmado com o Banco Morgan Stanley S.A., situação que permaneceu até outubro de 2010, quando houve liquidação antecipada de todos os contratos em aberto de *hedg*e, conforme Nota Explicativa nº 30. Em 31 de agosto de 2010, a Companhia converteu o adiantamento para futuro aumento de capital registrado até essa data em mútuo com a LLX Sudeste S.A., uma vez que foi acordada com a MMX o ressarcimento de todos os gastos inerentes ao processo de cisão parcial da LLX, conforme Nota Explicativa nº 6.

Os saldos de créditos e débitos decorrentes dos mútuos com a LLX Sudeste S.A. estão sujeitos à taxa de juros de 101% do CDI e foram calculados retroativamente à data original de cada transação, com vencimento em 31 de dezembro de 2014, ou antes se acordado entre as Partes.

Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de Governança Corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

O Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece que é dever de todo o Conselheiro zelar para que as transações entre partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, em termos de prazos, taxas e garantias, bem como sejam divulgadas conforme determina a CVM.

Ademais, a Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram submetidas aos Órgãos Decisórios da Companhia e que estavam subordinadas, conforme regras vigentes, respeitados inclusive os limites de alçada para aprovações.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Os saldos da Companhia, suas controladas e ligadas são apresentados a seguir:

	Contas a receber					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
LLX Minas-Rio	406.329	271.321	1	–	–	–
LLX Açú	1.256	1.165	2.106	–	–	–
LLX Sudeste Ltda.	1.032	3.032	630	1.032	–	–
LLX Sudeste S.A. (*)	230.608	9	767	230.608	–	–
Outras	–	3	–	–	68	–
	639.225	276.060	3.504	231.640	68	–
Circulante	231.640	–	–	231.640	–	–
Não circulante	407.585	276.060	3.504	–	68	–

	Contas a pagar					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
EBX	1.906	514	1.026	2.350	967	1.992
EBX Participações Ltda.	–	222	338	–	472	338
MMX	192	1	182	192	2	299
AVX Táxi Aéreo Ltda.	39	–	–	327	–	–
MMX Metálicos Corumbá Ltda.	–	–	–	–	13	–
LLX Minas-Rio	–	–	–	–	–	25
	2.137	737	1.546	2.869	1.454	2.654
Circulante	2.137	737	1.546	2.869	1.454	2.654

(*) Tendo em vista a mudança de perspectiva de realização dos AFACs em virtude da cisão parcial descrita na Nota Explicativa nº 6, foi firmado um contrato de conversão desses AFACs em mútuos acumulados até a data-base de 31 de agosto de 2010, data de assinatura do contrato.

Com relação às transações com partes relacionadas, o quadro abaixo demonstra o seu efeito no resultado por empresa:

	Receitas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
LLX Minas-Rio	51.504	21.970	51.504	–
MPX (a)	–	–	12.502	–
LLX Açú	14.263	1.695	–	–
LLX Sudeste Ltda.	11.627	3.035	11.627	–
LLX Sudeste S.A.	20.704	17	20.704	–
Outras	–	3	–	3
	98.098	26.720	96.337	3

	Despesas - Efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
EBX	(9.459)	(5.622)	(11.907)	(9.550)
EBX Participações Ltda. (b)	222	(402)	222	(1.131)
MMX	1	86	1	180
MMX Corumba	–	–	13	–
LLX Sudeste S.A.	–	(4)	–	–
AVX Táxi Aéreo Ltda. (b)	(39)	–	(1.559)	–
	(9.275)	(5.942)	(13.230)	(10.501)

(a) No primeiro trimestre de 2010, a Companhia celebrou contrato de locação de uma área de 330 hectares localizada na retroárea do Superporto do Açú, no qual a MPX e a UTE Porto do Açú Energia S.A., são locatárias.

(b) Até dezembro de 2009, os montantes devidos à AVX Táxi Aéreo Ltda. eram pagos diretamente à EBX Participações Ltda, procedimento alterado em 2010, quando a AVX Táxi Aéreo Ltda passou a faturar diretamente à Companhia pelos serviços prestados.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2010	2009
Diretores:		
Salário	1.609	1.193
Pró-labore	1.976	1.821
Bônus (*)	1.173	1.026
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano empresa	60	67
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano controlador	7.743	3.550
	12.561	7.657
Comitê de Auditoria:		
Honorários	165	144
Conselho de Administração:		
Honorários	363	416
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano empresa	449	937
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano controlador	897	1.997
	1.874	3.494
	14.435	11.151

(*) Refere-se ao efeito no resultado da provisão para bônus, benefício que será pago somente se as metas corporativas forem atingidas.

18. OUTROS CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

De acordo com os procedimentos de consolidação proporcional da LLX Minas-Rio, os saldos devedores e credores entre as partes relacionadas foram eliminados e as participações indiretas que cabem à Anglo American Participações, detentora de 49% da LLX Minas-Rio, foram destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica de créditos e obrigações com terceiros.

a) Créditos com Terceiros

No período de janeiro a agosto de 2009, a LLX Minas-Rio firmou contratos de mútuo com a Companhia e suas Controladas LLX Açú, LLX Sudeste S.A. e LLX. Os valores captados totalizam R\$155.550 originários da Companhia (R\$86.700), da LLX Açú (R\$51.000) e da LLX Sudeste S.A. (R\$17.850). Em 30 de setembro de 2009, mediante carta enviada à Administração da LLX Minas-Rio, foi acordada entre as Partes LLX Açú e LLX Sudeste S.A., a cessão dos créditos decorrentes daqueles contratos de mútuos para a Companhia, nos montantes atualizados de R\$101.814 e R\$18.783, respectivamente, incluindo juros, IOF e IRPF.

Em 31 de dezembro de 2010, o crédito decorrente do mútuo da Companhia com a LLX Minas-Rio, correspondente aos 49% de participação acionária da Anglo American Participações nesta controlada monta a R\$199.101, acrescido de juros do período.

Adicionalmente, nesta rubrica há o registro de mútuo de R\$5.443 da controlada LLX Açú com a LLX Minas-Rio.

b) Obrigações com Terceiros

Em 31 dezembro de 2010, as obrigações com terceiros totalizam R\$209.149. Desse montante, R\$3.767 (relativos a 51% de participação da LLX na LLX Minas-Rio) corresponde às notas de débito de rateio de despesas entre a LLX Minas-Rio e a Anglo Ferrous e R\$205.382 (relativo a 51% de participação da LLX na LLX Minas-Rio) corresponde à dívida atualizada da LLX Minas-Rio com a Anglo American Participações.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições	Consolidado					
	Principal	Juros	Total	2009 Total	1/1/2009 Total	
Banco Bradesco S/A	345.180	14.407	359.587	224.934	198.889	
Outros	–	–	–	448	965	
	345.180	14.407	359.587	225.382	199.854	
Circulante	–	–	–	225.259	484	
Não circulante	345.180	14.407	359.587	123	199.370	

Para disponibilizar esses recursos, foram concedidas ao Banco Bradesco S.A. garantias dos acionistas da LLX Açú, LLX e Açú Centennial Asset Participações Açú S.A., proporcionais a suas participações de 70% e 30%, respectivamente.

Em 19 de setembro de 2008, a controlada LLX Açú captou junto ao Banco Bradesco S.A. uma linha de empréstimo-ponte no montante de R\$190.000, com vencimento em 8 de setembro de 2010 e juros anuais de 129,3% do CDI. Estes recursos são parte do acordo que o Banco Bradesco S.A. firmou com a LLX Açú em novembro de 2007 com a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo fossem disponibilizadas. Na data do vencimento, o contrato foi aditado, os juros devidos foram totalmente pagos e foram captados mais R\$155.180. Sobre esta nova linha de empréstimo, incidirão, anualmente, reajuste de 100% do CDI e juros de 2,95% a.a., que serão pagos em uma única parcela em 28 de agosto de 2012, ao final do período contratado.

Este empréstimo não está sujeito a cláusulas de *covenants* e não incorre em custos de transações significativos.

Os empréstimos e financiamentos mencionados acima estão avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

Cronograma de desembolsos

Ano de vencimento	Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009
2011	–	123	484
2012	359.587	–	–
	359.587	123	484

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher são apresentados no quadro a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	32	43	–	697	509	107
ICMS	17	3	1	30	373	193
IRPJ	11.586	3.000	–	23.399	13.446	10.368
CSLL	4.180	1.089	–	8.459	1.165	3.710
IRRF	376	327	187	13.460	5.824	1.183
IOF	161	133	–	557	149	–
ISS	4	2	–	280	296	–
II	–	–	–	3	–	–
IPTU	–	–	–	422	581	–
CEFEM	–	–	–	–	476	–
CIDE	2	–	–	438	–	–
Outros	–	–	100	–	–	3.858
	16.358	4.597	288	47.745	22.819	19.419
Circulante	16.358	4.597	288	36.806	7.737	10.059
Não circulante (*)	–	–	–	10.939	15.082	9.360

(*) Refere-se à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em decorrência do resultado financeiro apurado em 2007 pela controlada LLX Minas-Rio, objeto de questionamento judicial, conforme Nota Explicativa nº 11.

• Resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e de contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	3.488	(53.584)	(6.585)	89.537
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social - Operação descontinuada	–	–	(19.840)	(26.591)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.186	(18.219)	(8.985)	21.402
Adições temporárias				
Provisão para perda em investimento	–	–	6	–
Provisão para contingência trabalhista	37	–	37	–
Provisão para gratificação	2.383	1.458	2.557	1.458
Provisão para doação de imobilizado	–	–	11	–
Ajuste Lei 11.638 - diferido ativo	–	–	28.160	31.758
Adições permanentes				
Opção de compra de ações	3.210	2.438	3.210	2.438
Perda em equivalência patrimonial	28.753	62.779	–	–
Outras	3	12	305	14
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão passivo a descoberto	–	(674)	–	–
Reversão de provisão para gratificação	(1.458)	–	(1.466)	–
Provisão para liquidação de derivativos	–	–	–	(2.457)
Exclusões permanentes				
Ganho em equivalência patrimonial	(15.480)	(41.919)	–	–

Exclusões permanentes				
Ganho em equivalência patrimonial	(15.480)	(41.919)	—	—
Total antes da compensação de prejuízos fiscais	18.634	5.875	23.836	5.875
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(2.844)	(1.762)	(2.844)	(1.762)
Adicional de IR	(24)	(24)	(72)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	15.766	4.089	20.920	4.089
Alíquota efetiva	452,01%	-7,63%	-317,68%	4,57%
IR e CSLL no resultado do exercício apurados pelo lucro presumido (*)	—	—	129	484
Total IR e CSLL no período	15.766	4.089	21.049	4.573

(*) A controlada Pedreira Sepetiba decidiu utilizar a opção oferecida pela legislação tributária brasileira para que o lucro tributável seja calculado à razão de 8% (12% para contribuição social) das receitas operacionais mais 100% de outras receitas. A alíquota do imposto de renda é de 15% (9% para contribuição social) mais 10% sobre o montante da base de cálculo que exceder R\$240 no ano. Neste regime, as diferenças temporárias não podem ser utilizadas para fins de imposto de renda e prejuízos fiscais e não podem ser acumuladas para compensação em períodos posteriores. Dessa forma, o prejuízo do consolidado demonstrado no quadro acima não inclui a controlada Pedreira Sepetiba.

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) contábil antes do IR/CSLL - Total	3.488	(53.584)	(6.585)	89.537
Lucro (prejuízo) antes do IR/CSLL - Operação descontinuada	–	–	(19.840)	(26.591)
Lucro (prejuízo) contábil antes do IR/CSLL	3.488	(53.584)	(26.425)	62.946
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	1.186	(18.219)	(8.985)	21.402
Adições temporárias	2.420	1.458	30.771	33.216
Adições permanentes	31.966	65.229	3.515	2.452
Adições por diferença de prática IFRS	–	–	–	(51.638)
Exclusões temporárias	(1.458)	(674)	(1.466)	(2.457)
Exclusões permanentes	(15.480)	(41.919)	–	–
Outros ajustes	–	–	–	2.900
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(2.844)	(1.762)	(2.844)	(1.762)
Adicional de IR	(24)	(24)	(72)	(24)
IR e CSLL no resultado do exercício apurados pelo lucro real	15.766	4.089	(20.919)	(4.089)
IR e CSLL no resultado do exercício apurados pelo lucro presumido	–	–	129	484
	15.766	4.089	(21.048)	(4.573)

Resultado financeiro pré-operacional

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real devem registrar no ativo fiscal diferido o saldo líquido negativo (devedor) entre receitas e despesas financeiras, quando provenientes de recursos classificáveis como resultado financeiro pré-operacional. Se o saldo for positivo (credor), tal diferença diminuirá o total das despesas pré-operacionais registradas. O eventual excesso remanescente deverá compor o lucro do exercício.

No período apresentado, houve registro de despesas pré-operacionais menores do que as receitas financeiras auferidas, o que resultou em valores de imposto de renda e contribuição social a recolher nas controladas GSA e LLX Açú, no valor de R\$196 e R\$1.206, respectivamente.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são parte em ações judiciais de natureza civil e em processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades.

Baseada na avaliação de seus assessores legais quanto à possibilidade de perda nesses processos, a controlada LLX Minas-Rio constituiu provisão para contingências cíveis e para multa administrativa no IEF/RJ no valor de R\$24 (R\$12 relativos a 51% de participação da LLX), a qual foi totalmente realizada em abril de 2010. Adicionalmente, a LLX Minas-Rio registrou provisão para contingência de R\$694 (R\$354 relativos a 51% de participação da LLX) decorrente da ação contra a Prefeitura de São João da Barra, contestando a cobrança da Taxa de Parcelamento de Solo para desmembramento de um imóvel de 300 hectares localizado na Fazenda Saco D'antas, bem como uma provisão no valor de R\$2.504 (R\$1.277 relativos a 51% de participação da LLX) pela ação para instituição da servidão mineração na pedreira de Itaoca até 31 de dezembro de 2012, bem como o arbitramento de indenização à proprietária pelo uso do imóvel, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.

O Ministério Público Federal ("MPF") ajuizou Ação Civil Pública ("ACP") em Campos contra LLX Açú, LLX Minas-Rio, INEA e ANTAQ, pretendendo a paralisação das atividades e a anulação dos atos administrativos emitidos por esses dois entes públicos. Na única decisão proferida no processo, o Juiz determinou que somente irá apreciar a liminar após a manifestação de todas as Partes. As companhias apresentaram manifestação contra a liminar e a LLX Açú apresentou contestação. Em sua defesa, além de vários outros argumentos técnicos e jurídicos, os réus questionam a legitimidade do MPF para propor esta ACP; apresentam a legalidade das licenças e autorizações expedidas (presunção de legalidade dos atos administrativos); o cumprimento de todos os requisitos legais e procedimentais junto ao INEA e à ANTAQ e demonstram a impossibilidade jurídica de alguns pedidos do MPF (como, por exemplo, a declaração incidental de inconstitucionalidade). As empresas acreditam



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LXL3



Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada

IGC

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado

ITAG

IBOVESPA

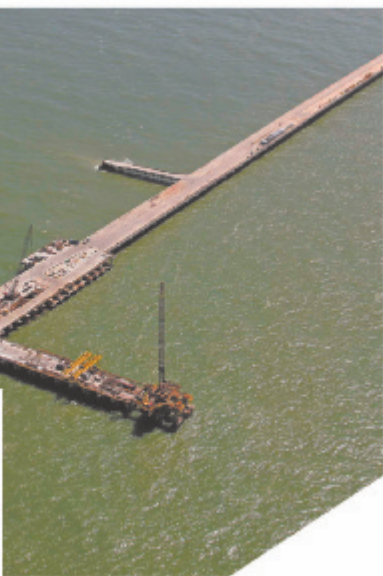


Índice
Brasil 50

IBRX 50

Índice
Brasil

IBRX



23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Conforme requerido, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído.

	Consolidado	
	2010	2009
Básico		
Numerador básico:		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(25.381)	46.196
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	692.619	623.525
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	<u>(0,03664)</u>	<u>0,07409</u>
Operações descontinuadas		
	Consolidado	
	2010	2009
Básico		
Numerador básico:		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(18.998)	(12.423)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	692.619	623.525
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - Básico	<u>(0,02743)</u>	<u>(0,01992)</u>
Diluído		
Numerador básico:		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(25.381)	46.196
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	692.619	623.525
Potencial incremento nas ações em função do plano de opção de ações	1.422	2.476
	694.041	626.001
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - Diluído	<u>(0,03657)</u>	<u>0,07380</u>
Operações descontinuadas		
	Consolidado	
	2010	2009
Diluído		
Numerador básico:		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(18.998)	(12.423)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	1.422	2.476
Potencial incremento nas ações em função do plano de opção de ações	692.619	623.525
	694.041	626.001
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$) - Diluído	<u>(0,02737)</u>	<u>0,01984</u>

24. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita de aluguel	—	—	12.265	—
Total de receita	—	—	<u>12.265</u>	—
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta fiscal	—	—	12.265	—
Impostos sobre vendas	—	—	(1.156)	—
Total de receita	—	—	<u>11.109</u>	—

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Como determinado pelo CPC 26 e IAS 1, a Companhia apresenta as despesas por natureza, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
LLX	(40.273)	(35.533)	(40.273)	(35.533)
LLX Açú	—	—	(27.851)	(10.763)
LLX Minas-Rio	—	—	(28.225)	(15.359)
LLX Brasil	—	—	(52)	(1.452)
GSA	—	—	(51)	(67)
SNF	—	—	—	(42)
	<u>(40.273)</u>	<u>(35.533)</u>	<u>(96.452)</u>	<u>(63.216)</u>
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Salários e encargos	(9.484)	(12.436)	(18.564)	(15.830)
Honorários da administração (<i>Stock Options</i>)	(9.440)	(7.169)	(9.440)	(7.169)
Serviços de terceiros	(7.403)	(5.363)	(22.039)	(18.594)
Material de consumo	(40)	(87)	(329)	(202)
Viagens e estadias	(771)	(1.182)	(1.954)	(2.068)
Aluguéis e arrendamentos	(1.245)	(1.598)	(6.178)	(3.104)
Impostos e taxas	(72)	(57)	(1.636)	(1.357)
Depreciação e amortização	(200)	(120)	(14.471)	(881)
Editais e publicações	(372)	(769)	(930)	(1.036)
Seguros diversos	—	(308)	(2.447)	(934)
Recursos compartilhados	(10.771)	(5.565)	(13.352)	(7.648)
Representações e eventos	(67)	(30)	(2.194)	(135)
Despesas diversas	(408)	(849)	(2.918)	(4.258)
	<u>(40.273)</u>	<u>(35.533)</u>	<u>(96.452)</u>	<u>(63.216)</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras:				
Perdas e provisão para perda na liquidação de <i>hedge</i>	—	—	(8.599)	(75.515)
Despesas bancárias	(332)	(292)	(337)	(298)
IOF	(100)	(24)	(5.245)	(2.099)
Corretagem e comissões	(116)	(900)	(203)	(935)
Juros	(1.080)	(13)	(35.479)	(19.749)
Variação cambial	(15)	8	52	(50)
Outros	5	(4)	17	(35)
	<u>(1.638)</u>	<u>(1.225)</u>	<u>(49.794)</u>	<u>(98.681)</u>
Receitas financeiras:				
Ganho e provisão de ganho na liquidação de <i>hedge</i>	—	—	23.963	35.002
Reversão de provisão para perdas com derivativos	—	—	—	165.567
Juros sobre mútuo	71.219	11.280	71.218	9.864
Juros sobre aplicações financeiras	12.174	31.042	26.442	40.037
Juros ativos	1.154	—	2.587	—
Outros	—	516	1.081	1.729
	<u>84.547</u>	<u>42.838</u>	<u>125.291</u>	<u>252.199</u>
Resultado financeiro líquido	<u>82.909</u>	<u>41.613</u>	<u>75.497</u>	<u>153.518</u>

O resultado líquido com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 compõe-se como segue:

	LLX Minas-Rio
Ganhos incorridos na liquidação de <i>hedge</i>	23.963
Perdas incorridas na liquidação de <i>hedge</i>	(1.502)
Provisão para ganhos na liquidação de <i>hedge</i>	—
Reversão de provisão para perda/ganho de <i>hedge</i>	(7.097)
Resultado líquido com operações de <i>hedge</i>	<u>15.364</u>

Em 14 de outubro de 2010, a controlada LLX Minas-Rio liquidou antecipadamente todas as operações de *hedge* para proteção patrimonial, não possuindo posições em aberto em 31 de dezembro de 2010.

27. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador

O plano do acionista controlador contempla opções de compra de ações outorgadas a executivos da Companhia e de outras empresas do grupo EBX. Este Plano representa um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, dos administradores e executivos considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia, sem que isso implique em diluição dos seus acionistas não controladores.

Esse plano não possui um programa pré-aprovado, assim como o da Companhia. O controlador do Grupo EBX concede o plano aos beneficiários com base em contratos negociados individualmente, e não necessariamente iguais.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo monta a R\$8.886. Este valor é registrado no resultado do exercício em contrapartida da conta de reserva de capital, no patrimônio líquido, tendo em vista que o mesmo é efetivamente suportado pelo acionista controlador e não implica em emissão de novas ações pela Companhia.

As opções de ações outorgadas pelo acionista controlador são destinadas a executivos e administradores da LLX, que receberam opções de compra de ações da MMX, LLX, MPX, OGX e OSX, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

	MMXM3	LLXL3/PrTX3	MPXE3	OGXP3	OSXB3
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	40.746	3.431.118	22.994	287.207	1.233
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 (R\$/ação)	11,23	4,73 / 3,71	26,33	19,69	483,00
Volatilidade esperada	52,57%	48,02% a 69,34%	45,25%	44,00%	45,25%
Taxa de juros livre de risco	14,70%	8,7% a 12,2%	11,60%	8,70%	8,70%

		Preço da ação na data da outorga	Valor justo médio das opções	Data da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas	Efeito no resultado valor justo apropriado R\$
Ação objeto	Preço de exercício							
MMX	R\$0,01	R\$4,07	R\$4,06	21/7/2006	21/7/2007 21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011	21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	12.832 12.832 12.832 12.832 12.832	—
							64.160	17
LLX	R\$0,01	R\$4,90	R\$4,89	19/6/2008	21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011	21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	324.000 324.000 324.000 324.000	—
							1.296.000	934
					22/5/2009 22/5/2010 22/5/2011 22/5/2012 22/5/2013 22/5/2014 22/5/2015 22/5/2016 22/5/2017 22/5/2018 22/5/2019	22/5/2010 22/5/2011 22/5/2012 22/5/2013 22/5/2014 22/5/2015 22/5/2016 22/5/2017 22/5/2018 22/5/2019	147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409	—
LLX	R\$0,88 + CDI pro rata a partir de 01/12/2009	R\$4,90	R\$4,51	22/5/2008	22/5/2010 22/5/2011 22/5/2012 22/5/2013 22/5/2014 22/5/2015 22/5/2016 22/5/2017 22/5/2018 22/5/2019	22/5/2010 22/5/2011 22/5/2012 22/5/2013 22/5/2014 22/5/2015 22/5/2016 22/5/2017 22/5/2018 22/5/2019	147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409 147.409	—
							1.474.090	1.080

		Preço da ação na data da outorga	Valor justo médio das opções	Data da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas	Efeito no resultado valor justo apropriado R\$
Ação objeto	Preço de exercício							
LLX	R\$0,88 + CDI pro rata a partir de 01/12/2009	R\$5,88	R\$5,17	8/9/2009	8/9/2010 8/9/2011 8/9/2012 8/9/2013 8/9/2014 8/9/2015 8/9/2016 8/9/2017 8/9/2018 8/9/2019	8/9/2011 8/9/2012 8/9/2013 8/9/2014 8/9/2015 8/9/2016 8/9/2017 8/9/2018 8/9/2019	187.409 187.409 187.409 187.409 187.409 187.409 187.409 187.409 187.409 187.409	—
							1.874.090	2.587
MPX	R\$0,01	R\$47,50	R\$47,49	28/4/2008	13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013	13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013	2.116 2.116 2.116 2.116 2.116	—
							10.580	104
MPX	R\$0,01	R\$47,50	R\$47,49	25/6/2008	13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013	13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013	704 704 704 704 704	—
							3.520	36
MMX	R\$0,1069	R\$8,60	R\$8,55	28/8/2009	28/8/2010 28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	27.946 27.946 27.946 27.946 27.946 27.946 27.946 27.946 27.946 27.946	—
							279.460	67
LLX	R\$0,8832	R\$3,60	R\$3,30	28/8/2009	28/8/2010 28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	53.748 53.748 53.748 53.748 53.748 53.748 53.748 53.748 53.748 53.748	—
							537.480	121
MPX	R\$0,8832	R\$17,39	R\$17,35	28/8/2009	28/8/2010 28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	14.514 14.514 14.514 14.514 14.514 14.514 14.514 14.514 14.514	—
							145.140	35
OGX	R\$0,1809	R\$10,77	R\$10,68	28/8/2009	28/8/2010 28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	287.208 287.208 287.208 287.208 287.208 287.208 287.208 287.208 287.208 287.208	—
							2.872.080	1.421
OSX	R\$3,192	R\$700,00	R\$698,42	28/8/2009	28/8/2010 28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	28/8/2011 28/8/2012 28/8/2013 28/8/2014 28/8/2015 28/8/2016 28/8/2017 28/8/2018 28/8/2019	1.234 1.234 1.234 1.234 1.234 1.234 1.234 1.234 1.234	—
							12.340	400

Além dos saldos demonstrados acima, as opções abaixo foram exercidas e impactaram o resultado da Companhia:

MPX outorgadas em 28/4/2008 e exercidas no 3º trimestre de 2010	80
MPX outorgadas em 28/4/2008 e exercidas no 2º trimestre de 2010	25
MMX outorgadas em 28/8/2009 e exercidas no 4º trimestre de 2010	628
LLX outorgadas em 28/8/2009 e exercidas no 4º trimestre de 2010	537
MPX outorgadas em 28/8/2009 e exercidas no 4º trimestre de 2010	814
Total no resultado em 2010	8.886

Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2007, aprovou um programa de opção de compra de ações de sua emissão. Por meio deste programa, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações, sobre ações constituintes do capital da Companhia, em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia. Anualmente, se julgado oportuno e conveniente pelo Conselho de Administração, um plano de opção de compra de ações da LLX, poderá ser criado e regulamentado pelos critérios definidos no regulamento do programa.

Em 19 de junho de 2008, os acionistas, em decorrência da cisão da MMX, aprovaram a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 1"), em favor dos sucessores do programa de outorga da MMX que são membros do Conselho de Administração da Companhia. O preço de exercício de tais opções, o número de ações passíveis de serem adquiridas, bem como as datas em que tais ações poderão ser exercidas são idênticos àqueles fixados para cada beneficiário nos termos do programa de outorga da MMX.

Em 28 de outubro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a implementação do plano de opção de compra ("Plano 2") ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a eleição dos beneficiários e a outorga de opções de subscrição de ações ordinárias nominativas. O Plano 2 contempla a outorga de opções de subscrição de 2.614.000 ações ordinárias da Companhia, as quais poderão ser exercidas na proporção de 20% para cada vencimento anual.

Em 29 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 2.

Em 31 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 1.

No segundo trimestre de 2010, foram canceladas 160.000 opções do plano 2, sendo que, além deste fato, não ocorreram outros eventos, tais como outorga de opções, criação de novos planos, grupamento de ações ou pagamento de dividendos.

Em 20 de setembro de 2010, todas as opções dos Planos 1 e 2 maturadas em 21 de julho de 2010 e 23 de julho de 2010, respectivamente, foram exercidas por meio de aumento de capital registrado em Ata de Reunião do Conselho de Administração.

Em 28 de outubro de 2010, 482.800 opções do Plano 2 foram exercidas conforme registro em Atas de Reunião do Conselho de Administração em 9 e 17 de dezembro de 2010. Além das opções vencidas, foi exercida a compra de mais 240.000 opções sob forma de antecipação de direito. As datas de maturação dos direitos remanescentes ocorrerão em 28 de outubro dos anos de 2011, 2012 e 2013.

Em 28 de dezembro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do limite máximo do total de ações destinadas ao Programa, de 1% para 2% do total de ações de emissão da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos planos:

Plano 1



	2010
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	–
Prazo médio ponderado remanescente para exercício (anos)	2,65
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 (R\$ por ação)	4,73
Valor justo unitário das opções (R\$ por ação)	3,96
Preço de exercício das opções (R\$)	0,90
Volatilidade esperada	32,81% a 46,64%
Taxa de juros livre de risco (média ponderada pelo valor das opções)	6,07%
Eleitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010:	
Valor justo das opções outorgadas apropriado em 31 de dezembro de 2010 (R\$ mil)	116
Valor intrínseco em (R\$ mil)	4.628

De acordo com o mesmo modelo, o valor justo das opções outorgadas acumulado até 31 de dezembro de 2010, de R\$116, representa a variação entre o valor justo das opções outorgadas acumulado até 31 de dezembro de 2010 e o valor contabilizado até 31 de dezembro de 2009.

O valor intrínseco de R\$4.628 refere-se à diferença entre o valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e o preço de exercício das opções multiplicada pela quantidade total de opções outorgadas.

Acordos de pagamento baseado em ações, nos quais o Grupo receba serviços como remuneração por seus próprios instrumentos patrimoniais, são registrados como transações de pagamento baseadas em patrimônio, independentemente de como os instrumentos patrimoniais foram obtidos pela Companhia ou pelo acionista controlador.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que atualmente existe somente um segmento de negócio, o de operações de logística portuária, ainda em fase pré-operacional, o qual está sujeito a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas.

A atividade atual é gerenciada pelo Diretor Presidente, responsável pela alocação de recursos e avaliação do segmento operacional. Na medida em que os empreendimentos progredirem, a Administração pretende reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos de compras futuras no valor de R\$558.844 (R\$642.131 em 31 de dezembro de 2009), que deverão ser cumpridos de acordo com a data de vencimento dos contratos. como segue:

Consolidado				
Natureza dos contratos	Data da assinatura	Data do vencimento	2010	2009
LLX Minas-Rio				
<i>Assessoria técnica em estudo e implantação do Superporto do Açú:</i>				
Logos Engenharia	11/12/2007	31/8/2012	1.543	15.951
SDC do Brasil	30/11/2007	(a)	11.007	54.354
Shangai Dredging	30/11/2007	(a)	5.053	69.140
Ecologus Engenharia Consultiva	28/2/2010	28/2/2012	2.060	45
Arcoenge	13/6/2008	30/10/2011	15.161	46.900
Outros			976	3.052
			35.800	189.442
<i>Máquinas e equipamentos para o Superporto do Açú:</i>				
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas	21/12/2007	30/12/2011	8.548	30.270
TMSA - Tecno Moageria	21/7/2008	28/12/2012	15.872	61.779
Lintra Linhas de Transmissão Ltda.	30/10/2008	(a)	3.028	12.953
Outros			7.041	5.747
			34.489	110.749
<i>Projeto e construção das obras offshore do Superporto do Açú:</i>				
Consórcio ARG Civilport - LMR/023-07	14/9/2007	23/9/2011	24.971	296.747
Consórcio ARG Civilport - BW	13/1/2010	30/12/2011	166.859	–
Outros			–	409
SG&A			6.949	–
Outros			–	–
Termo de compromisso ambiental SNUC – INEA nº 01/2009 (b)	2/3/2009	2/3/2012	–	1.881
			198.779	299.037
			269.068	599.228

Consolidado				
Natureza dos contratos	Data da assinatura	Data do vencimento	2010	2009
LLX Açú				
<i>Serviços de elaboração de projeto conceitual, projeto básico e infraestrutura para a construção do Superporto do Açú (não minério):</i>				
Superintendência do Patrimônio da União (“SPU”) (d)	6/10/2010	6/10/2030	130.775	–
Jan de Nul Brasil Dragagem (e)	17/11/2010	22/7/2011	63.629	–
Acciona Infraestructuras S.A.	6/12/2010	6/5/2011	24.485	–
Acciona Ingeniería S.A.	8/11/2010	2/5/2011	6.920	–
T.M.R.R.Silva Zeladorial Ltda.	23/11/2010	23/11/2013	6.194	–
AGN Serviços Marít. Agenc. e Logística Ltda.	8/11/2010	2/5/2011	7.330	–
Vereda Estudos e Execução de Proj. Ltda.	23/12/2010	23/2/2012	2.307	–
Ecologus Engenharia Consultiva Ltda.	19/11/2010	19/11/2011	1.988	–
Syster Consultoria e Sistemas S/C Ltda.	19/10/2010	19/3/2011	1.353	–
Logos	10/11/2008	10/9/2011	14.464	19.367
Ram Engenharia	30/4/2008	10/8/2010	–	212
Sondotécnica	5/4/2010	15/9/2010	–	2
Fichtner, Fichtner	1/4/2009	(a)	498	2.990
Fichtner, Fichtner	1/2/2010	1/2/2011	470	–
TMRR Silva Zeladoria	12/12/2008	12/11/2010	–	1.173
Guimar Engenharia S.A.	8/4/2008	3/11/2011	3.801	–
GPZ Consultoria e Empreendimentos Ltda.	9/12/2009	9/12/2012	–	950
Imperial Serviços Ltda.	12/2/2010	12/6/2011	872	–
Escritório de Advocacia Zveiter	14/9/2009	14/10/2011	–	915
Fundo Brasileiro para Biodiversidade (“FUNBIO”) (c)	10/9/2010	27/12/2013	15.350	0
Termo de compromisso ambiental SNUC – INEA nº 12/2009 (c)	1/12/2009	1/12/2013	–	11.263
Outros			4.864	3.148
			285.300	40.020
			4.476	2.882
			289.776	42.902

LLX Logística S.A.
Serviços administrativos e de consultoria e auditoria dos terminais e portos:

(a) A data de encerramento está vinculada à data de entrega do serviço conforme estabelecido contratualmente.

(b) Termo de compromisso de compensação ambiental nº 01/2009 (“SNUC”)

Refere-se ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 01/2009 firmado entre o Estado do Rio de Janeiro, o INEA e a LLX Minas-Rio, baseado na Lei 9.985/00, regulamentada pelo Decreto 4.340/8/02, que instituiu o SNUC. Por esta medida, a LLX Minas-Rio deverá investir o correspondente a 0,5% sobre o valor declarado para o empreendimento, convertido em unidades de conservação, equivalente a R\$4.501 (R\$2.296 relativos a 51% de participação da LLX), sendo a primeira parcela depositada em 5 de maio de 2009, no valor de R\$1.750 e 19 parcelas iguais, mensais e consecutivas no valor de R\$145, a partir de junho de 2009, totalizando um depósito no valor de R\$4.236 (R\$ 2.160 relativos a 51% de participação da LLX) em 31 de dezembro de 2010. O prazo de vigência é de 3 anos a partir de 2 de março de 2009, podendo ser alterado mediante termo aditivo. A LLX Minas-Rio constituiu o passivo correspondente a 0,5% sobre o custo incorrido da construção do Superporto do Açú, de forma a refletir contabilmente a obrigação de compensação ambiental, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o valor de R\$4.501 (R\$2.295 relativos a 51% de participação da LLX).

(c) FUNBIO: primeiro aditivo ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 12/2009 (“SNUC”)

Em 10 de setembro de 2010, a Companhia celebrou o primeiro aditivo do termo de compromisso de compensação ambiental 12/2009. Por este aditivo, a LLX Açú transfere os recursos de compensação ambiental no montante de R\$1.677, equivalente ao saldo na data-base de 30 de agosto de 2010, dos depósitos efetuados a título de SNUC, mais juros e correção monetária, para o FUNBIO, em consonância com o estabelecido no Convênio 003/2009. Essas parcelas serão investidas em unidades de conservação no valor de R\$18.733, correspondente a 1,1% sobre o valor total estimado do empreendimento. O saldo remanescente a pagar em 1º de setembro de 2010 é de R\$17.055 divididos da seguinte forma: R\$426 depositados em 27 de setembro de 2010 e 39 parcelas iguais e consecutivas no valor de R\$426, a partir de 27 de outubro de 2010, somadas ao valor transferido para conta do FUNBIO. O valor total depositado até 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$3.383.

(d) SPU

Refere-se ao contrato de cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento do espaço físico em águas públicas e solo subaquático. Este instrumento foi assinado em 6 de outubro de 2010 determinando que a cessão será de 20 anos, obrigando-se a LLX Açú Operações Portuárias S.A., a pagar mensalmente à União a importância de R\$549, totalizando o montante de R\$131.800. O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2010 é de R\$130.775.

(f) Jan de Nul Brasil Dragagem

Em 17 de novembro de 2010, a Companhia celebrou contrato com o objetivo de executar aterro hidráulico de parte da Zona Industrial do Superporto do Açú (“ZIPA”). Esse contrato inclui: elaboração do projeto executivo; execução do serviço de dragagem de areia e construção do aterro hidráulico para o Superporto do Açú; execução de serviços e obras de apoio para a construção do aterro, tais como: diques de contenção; bacias de decantação; canais e valas; estruturas de concreto, de metal e de madeira; tubulações; e outros incluindo o uso de materiais, máquinas, equipamentos e acessórios para a execução dos serviços; sinalização e isolamento das áreas de construção de acordo com as normas aplicáveis; limpeza do local quando ocorrer a desmobilização e retirada.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos. A política da Diretoria no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança do investidor, credor e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão identificadas a seguir:

	Consolidado								
	2010			2009			1/1/2009		
	Valor	Custo		Valor	Custo		Valor	Custo	
	Justo	Amortizado	Total	Justo	Amortizado	Total	Justo	Amortizado	Total
Ativos									
Caixa e bancos	166	–	166	4.117	–	4.117	788	–	788
Aplicações financeiras	115.420	–	115.420	477.779	–	477.779	249.665	–	249.665
Títulos e valores mobiliários	3.252	–	3.252	–	–	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	–	–	–	–	1.702	1.702	–	1.609	1.609
Prov. para ganhos em operações com derivativos	–	–	–	7.226	–	7.226	–	–	–
Depósitos bancários vinculados	–	59.729	59.729	–	4.470	4.470	–	59.904	59.904
Outros créditos com terceiros	–	204.544	204.544	–	132.947	132.947	–	20.983	20.983
Partes relacionadas	–	231.640	231.640	–	68	68	–	–	–
Outros créditos	–	21.147	21.147	–	–	–	–	–	–
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	–	(359.587)	(359.587)	–	(225.382)	(225.382)	–	(199.854)	(199.854)
Fornecedores	–	(23.182)	(23.182)	–	(30.925)	(30.925)	–	(45.961)	(45.961)
Obrigações com terceiros	–	(209.149)	(209.149)	–	(136.273)	(136.273)	–	(21.003)	(21.003)
Partes relacionadas	–	(2.869)	(2.869)	–	(1.454)	(1.454)	–	(2.654)	(2.654)
Prov. para perdas em operações com derivativos	–	–	–	(130)	–	(130)	(165.568)	–	(165.568)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado apresentados acima se aproximam dos valores de mercado.

a) Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de avaliação. Essas técnicas incluem uso de operações recentes contratadas com terceiros, uso de outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelo de precificação de swap (NDF), ou seja, técnicas que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e sofrem influência mínima de informações geradas pela Administração.

i. Instrumentos financeiros “não-derivativos”

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e da Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos e financiamentos – Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas de taxas de juros da BM&F e da Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas. Em relação às taxas decorrentes da BM&F e da Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual spread bancário, por serem considerados irrelevantes.

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDB's estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

A controlada LLX Minas-Rio contrata operações com instrumentos financeiros derivativos apenas para fins de proteção patrimonial. A controlada não efetua contabilização de hedge (“hedge accounting”) e todos os ganhos e perdas dessas operações são reconhecidos em contrapartida de resultado. Os instrumentos em aberto foram totalmente realizados em 14 de outubro de 2010, no valor de R\$15.364.

A metodologia para o cálculo do referido valor justo pode ser entendida conforme descrito abaixo:

(a) Valor de referência em dólares, multiplicado pela taxa de câmbio original constante do contrato, e trazido a valor presente, com base nos valores da curva de juros pré-negociados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA S.A.”), pelo prazo em dias úteis que faltam para o vencimento da operação, e;

(b) Valor de referência em dólares trazido a valor presente pela curva de cupom cambial negociada na BM&FBOVESPA S.A. pelo prazo equivalente em dias corridos para a operação, multiplicado pelo valor da taxa Ptax-800 de fechamento do mês correspondente do BACEN.

O valor justo do instrumento financeiro - Mark-to-Market (“MtM”) em Reais será a diferença entre (a) e (b).

O quadro abaixo apresenta a posição das operações em aberto em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009:

						Efeito Acumulado	
						(R\$ mil)	
Vencimento	Valor de Referência		Valor Justo (R\$ mil)			Valor a	Valor a
	(Notional US\$ 000)		2010	2009	1/1/2009	Receber	Pagar
LLX Açú							
Contratos de NDF (i):							
Posição Passiva							
Moeda Estrangeira – Dólar	set/10	–	–	100.000	–	(14.200)	–
LLX Minas Rio							
Contratos de NDF (i)							
Posição Passiva							
Moeda Estrangeira – Dólar	fev/09	–	–	130.000	–	(41.643)	–
Moeda Estrangeira – Dólar	mai/09	–	–	105.000	–	(32.589)	–
Moeda Estrangeira – Dólar	ago/09	–	–	100.000	–	(30.023)	–
Moeda Estrangeira – Dólar	nov/09	–	–	90.000	–	(26.382)	–
Moeda Estrangeira – Dólar	fev/10	–	45.000	45.000	–	1.565	(14.077)
Moeda Estrangeira – Dólar	mar/10	–	8.305	–	–	690	–
Moeda Estrangeira – Dólar	abr/10	–	25.301	–	–	2.005	–
Moeda Estrangeira – Dólar	mai/10	–	17.000	17.000	–	744	(5.080)
Moeda Estrangeira – Dólar	jun/10	–	21.572	–	–	914	–
Moeda Estrangeira – Dólar	jul/10	–	21.846	–	–	397	–
Moeda Estrangeira – Dólar	ago/10	–	27.192	5.300	–	183	(1.574)
Moeda Estrangeira – Dólar	set/10	–	27.122	–	–	128	–
Moeda Estrangeira – Dólar	out/10	–	29.778	–	–	12	–
Moeda Estrangeira – Dólar	nov/10	–	11.863	–	–	(21)	–
Moeda Estrangeira – Dólar	dez/10	–	13.641	–	–	224	–
Moeda Estrangeira – Dólar	jan/11	–	10.315	–	–	255	–
Moeda Estrangeira – Dólar	fev/11	–	–	–	–	–	–
Total consolidado		–	258.935	592.300	–	7.096 (165.568)	–

Para os instrumentos financeiros derivativos não existe qualquer relação com opções cambiais nem há exigência de margens de garantia previstas nos mesmos. Não existe desembolso inicial na contratação desses derivativos.

Nas operações a termo de moeda, a Companhia apresentou no ano de 2010 resultados líquidos positivos realizados de R\$22.461 (relativos aos 51% de sua participação na LLX Minas-Rio).

Em outubro de 2010 a controlada LLX Minas-Rio encerrou suas posições de NDF, que naquela data somavam notional amount de US\$117,4 milhões. A operação gerou um resultado caixa de R\$15.364 (relativos aos 51% de sua participação da LLX na controlada).

A decisão de encerrar as operações de NDF está alinhada com a revisão das condições comerciais e operacionais que governam o funcionamento da LLX Minas-Rio e foi divulgada em fato relevante em 28 de dezembro de 2010.

b. Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia estabelece prioridade para preços cotados (não ajustados) em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

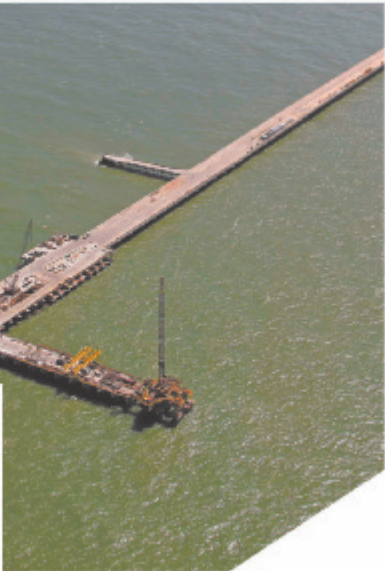
- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: dados extraídos do modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a classificação por nível hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

		Consolidado		
Instrumentos Financeiros	Nível	2010	2009	1/1/2009
Ativos				
Aplicações financeiras	2	115.420	477.779	249.665
Títulos e valores mobiliários	2	3.252	—	—
Derivativos	2	—	7.226	—
Passivos				
Derivativos	2	—	(130)	(165.568)



LLX Logística S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08 Bovespa: LXL3



c. Fatores de risco

As operações financeiras da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(c.1) Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas adotaram política de controle de riscos visando minimizar os efeitos das flutuações decorrentes da taxa de câmbio, uma vez que o seu fluxo de caixa futuro apresenta descasamento de moedas entre custos e despesas na sua maior parte denominados em Reais. Nesse contexto, foram realizadas operações com derivativos, cuja modalidade de proteção usualmente utilizada é a contratação de NDF's, que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para minimizar o impacto dos descasamentos cambiais. Tal estratégia visa exclusivamente proteger a Companhia e suas controladas contra flutuações cambiais, com instrumentos defensivos de "hedge", uma vez que a política do grupo contra riscos financeiros não permite qualquer alavancagem com intuito especulativo. Os principais fatores de risco que compõem os instrumentos derivativos utilizados são decompostos a fim de elucidar a exposição a cada componente. Além disso, os vencimentos para as operações seguem a melhor estimativa do fluxo de caixa baseada nos orçamentos da Companhia e suas controladas. Sempre que há liquidez a preços dentro de uma curva esperada de mercado, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros com prazo de vencimento o mais próximo possível da data estimada para pagamento de suas obrigações. No longo prazo, isto garantirá impactos pouco significativos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia. Caso os instrumentos disponíveis não atendam à necessidade de prazo de cobertura, são contratados vencimentos mais curtos, os quais são alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais afastados.

(c.2) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e das suas controladas auferirem ganhos ou sofrerem decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de "hedge" para travar o custo financeiro das operações.

Em 8 de setembro de 2010, a controlada LLX Açú repactuou R\$190.000 e captou mais R\$155.180 junto ao Banco Bradesco S.A., em uma nova linha de empréstimo-ponte, que serão pagos em única parcela em 28 de agosto de 2012, com garantia proporcional dos seus acionistas LLX e Centennial Asset Logística.

Sobre estes empréstimos incidirão, anualmente, reajuste de 100% do CDI e juros de 2,95%, que serão pagos integralmente ao final do período contratado.

Estes recursos são parte do acordo que a instituição financeira firmou com a LLX Açú em novembro de 2007 e têm a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo sejam contratadas e disponibilizadas.

(c.3) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os passivos financeiros possuem vencimentos de curto prazo, os quais incluem fornecedores e partes relacionadas, e de longo prazo, empréstimos e financiamentos. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos de juros, sendo o montante de caixa e equivalente de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações. O passivo financeiro relacionado à obrigações com terceiros refere-se à dívida da LLX junto à Anglo-American Participações, que será liquidada quando o financiamento junto ao BNDES for liberado.

Controladora						
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	2.137	2.137	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—	—	—
Fornecedores	710	710	—	—	—	—
Consolidado						

31 de dezembro de 2010						
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	2.869	2.869	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	359.587	—	—	437.850	—	—
Fornecedores	23.182	23.182	—	—	—	—

Controladora						
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	737	737	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—	—	—
Fornecedores	706	706	—	—	—	—
Consolidado						

31 de dezembro de 2009						
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Partes relacionadas	1.454	1.454	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	225.382	—	225.382	—	—	—
Fornecedores	30.925	30.925	—	—	—	—

(c.4) Risco de crédito

Este risco decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise de "rating" das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo Sistema de Classificação de Risco Bancário - "Risk Bank", que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando-se inclusive uma postura mais conservadora do que aquela sugerida pelo Risk Bank.

Quadro de risco de crédito

	Nota	Consolidado		
		2010	2009	1/1/2009
Instrumentos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7	115.586	481.896	250.453
Títulos e valores mobiliários	8	3.252	—	—
Contas a receber de clientes	—	—	1.702	1.609
Instrumentos financeiros derivativos	30	—	7.226	—
Outros créditos com terceiros	18	204.544	132.947	20.983
		323.382	623.771	273.045

Quadro de classificação de risco "Índice Risk Bank"		
Banco	Classificação de Risco	Índice Risk Bank
BNP Paribas Brasil	Baixo risco para longo prazo	9,36
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,66
BTG Pactual	Baixo risco para médio prazo	10,28
Credit Suisse (Brasil)	(a)	11,01
HSBC Bank Brasil	Baixo risco para longo prazo	10,35
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,95
Morgan Stanley	Baixo risco para médio prazo	11,36
Pine	Baixo risco para médio prazo	10,69
Votorantim	Baixo risco para longo prazo	11,05

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Eike Fuhrken Batista - Presidente		
Eliezer Batista da Silva - Presidente Honorário		
Carlos Alberto de Paiva Nascimento - Conselheiro		
Celso Clemente Giacometti - Conselheiro		
Ernani Teixeira Torres Filho - Conselheiro		
Flavio Godinho - Conselheiro		
Luiz do Amaral de França Pereira - Conselheiro		
Samir Zraick - Conselheiro		

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA		
Otávio de Garcia Lazcano - Diretor Presidente e de Relações com Investidores		
Leonardo Pimenta Gadelha - Diretor Econômico - Financeiro		
Cláudio Dias Lampert - Diretor		
Luiz Alfredo Osório de Castro - Diretor		
Valeska Ferreira Barros Gerência de Controladoria Contadora CRC-RJ-089637-O-5		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

LLX Logística S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LLX Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LLX Logística S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(a) O Risk Bank considerou insuficientes as informações providas pelo Credit Suisse para divulgação de sua classificação de risco, porém pelas informações apresentadas o mesmo foi classificado na Faixa I, que sugere baixo risco para longo prazo. Adicionalmente os ratings de longo prazo do banco continuam bons nas principais agências de risco (Moody's; S&P; e Fitch).

(c.5) Risco de mercado

Análises de sensibilidade para empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas elaboraram cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõe o instrumento utilizado pela companhia e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. O único fator de risco considerado relevante para a Administração da empresa é o DI CETIP ("CDI").

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I (provável): foi considerada a taxa do CDI de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 25% na taxa do CDI a partir do cenário provável;
- Cenário III: considerando um choque negativo de 25% na taxa do CDI a partir do cenário provável;
- Cenário IV: considerando um choque positivo de 50% na taxa do CDI a partir do cenário provável; e
- Cenário V: considerando um choque negativo de 50% na taxa do CDI a partir do cenário provável.

Para essa análise, foram aplicados para o CDI os seguintes percentuais:

DI-CETIP Base (31/12/2010): Cenário I = 10,64% a.a.

• Cenário II: + 25% = 13,47% a.a.

• Cenário III: - 25% = 7,88% a.a.

• Cenário IV: + 50% = 16,38% a.a.

• Cenário V: - 50% = 5,19% a.a.

Análises de Sensibilidade						
	Valor Principal	Cenário II	Valor	Cenário III	Valor	Cenário IV
	Valor Principal	+ Juros (BRL	Justo	(BRL 000)	Justo	(BRL 000)
Vencimento	(BRL 000)	000) Cenário I	25% para cima	25% para baixo	50% para cima	50% para baixo
	31/12/2010	31/12/2010	13,47%	7,88%	16,38%	5,19%
Banco Bradesco S.A.	345.180	359.587	363.421	355.848	367.353	352.202
LLX Açú:	345.180	359.587	363.421	355.848	367.353	352.202
Total consolidado	345.180	359.587	363.421	355.848	367.353	352.202

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, as coberturas de seguros eram:

	2010	2009	1/1/2009
Riscos operacionais:			
Danos materiais	4.174.339	4.345.185	5.827.017
Responsabilidade civil automóveis	—	1.750	1.750
Responsabilidade civil	156.300	155.510	152.292

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Licença Prévia para o Terminal Onshore

Em 25 de fevereiro de 2011, foi aprovada pela Comissão Estadual de Controle Ambiental ("CECA") a licença ambiental prévia para a Unidade de Construção Naval do Açú ("UCN Açú"), da OSX, o que representa uma etapa decisiva para o Superporto do Açú, composto pelos terminais *offshore* TX1 e *onshore* TX2 que, em conjunto, poderão movimentar 350 milhões de toneladas por ano, colocando-o entre os 3 maiores complexos portuários do mundo.

O TX2, que por si só deverá se tornar o maior terminal brasileiro, com movimentação de cargas da ordem de 190 milhões de toneladas por ano, teve sua licença prévia solicitada em outubro de 2010. A aprovação da LP para a UCN Açú, incluindo o canal interno de navegação ("Canal"), nos dá a segurança de que as obras do TX2 poderão ser iniciadas ainda no 1º semestre.

O TX2 vai se desenvolver em torno do Canal, sobre uma área de cerca de 8 milhões de m², e oferecerá mais de 8.000 m de cais com condições operacionais ideais para a movimentação de grânéis sólidos e líquidos, carga geral, e para atividades de apoio à indústria de petróleo.

O TX2 atenderá, baseado em futuros contratos *take or pay*, às demandas de carga e descarga das diversas indústrias do Complexo Industrial próximo ao Superporto do Açú, com destaque para produtos siderúrgicos, carvão, pet-coque, ferro-gusa, escória, granito e petróleo.

Adicionalmente, por estar próximo à Bacia de Campos, o terminal deverá abrigar um cluster de indústrias de apoio ao segmento *offshore*, dedicado às atividades de fabricação, montagem, manutenção e serviços para as plataformas e demais equipamentos necessários à exploração e produção de petróleo e gás, além de servir de base para os chamados *supply boats*.

b) Aditivo de prazo ao Master Agreement

Em 28 de fevereiro de 2011, foi assinada uma segunda emenda ao "Master Agreement", a qual estabeleceu a prorrogação das datas previamente fixadas para finalização do Contrato. O acordo deverá se encerrar automaticamente, caso não sejam satisfeitos todos os pré-requisitos acordados e/ou se não houver a anuência da Anglo American Participações até 10 de abril de 2011.

Na ocasião de encerramento, todos os novos contratos serão automaticamente rescindidos e os contratos antigos existentes entre a Anglo American Participações e a LLX voltam a vigir, retornando ao cenário comercial idêntico ao anteriormente negociado entre as Partes.

c) Superporto do Açú abrigará o maior complexo de geração de energia da região Sudeste com 5.400 MW

Em 2 de março de 2011, foi anunciado em fato relevante que a MPX, empresa de energia do Grupo EBX, obteve licença prévia para implantar uma termoeletrica a gás natural de 3.300 MW no Complexo Industrial do Superporto do Açú, o maior empreendimento porto-indústria da América Latina.

Em face do acontecimento, referida licença, combinada com a licença de instalação anteriormente concedida à MPX para a construção de uma usina de 2.100 MW a carvão mineral no mesmo local, fará da MPX Açú o maior complexo de geração de energia da região sudeste, com 5.400 MW de capacidade instalada.

A segurança no fornecimento de energia para as indústrias instaladas na retroárea do Superporto, com custo substancialmente reduzido, em virtude do benefício da autoprodução compartilhada, ratifica a atratividade e competitividade do Superporto do Açú. Além disso, a proximidade das acumulações de gás natural provenientes da Bacia de Campos consolida a MPX como importante demandante do gás produzido na região para a geração de energia.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da LLX Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da LLX Logística S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as controladas LLX Açú Operações Portuárias S.A., LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., LLX Brasil Operações Portuárias S.A., GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú S.A., Porto do Açú Siderurgia S.A. e SDX Investimentos S.A. encontram-se em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, bem como as controladas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis. A falta dos referidos recursos financeiros levanta sérias dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na Nota Explicativa nº 1.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 23 de março de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC RJ-052428/O-2